



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE- UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES-CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA - UNAGEO
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

JOAQUIM ALVES DA COSTA FILHO

**REESTRUTURAÇÃO URBANA DE CAJAZEIRAS – PB INFLUENCIADA PELA
IMPLANTAÇÃO E EXPANSÃO DO SETOR DE ENSINO SUPERIOR**

CAJAZEIRAS - PB

2015

JOAQUIM ALVES DA COSTA FILHO

**REESTRUTURAÇÃO URBANA DE CAJAZEIRAS – PB INFLUENCIADA PELA
IMPLANTAÇÃO E EXPANSÃO DO SETOR DE ENSINO SUPERIOR**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Federal de Campina Grande, *Campus* Cajazeiras- PB, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Cícera Cecília Esmeraldo Alves

Linha de Pesquisa: Geografia Urbana

CAJAZEIRAS – PB

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva - Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras - Paraíba

C837e Filho, Joaquim Alves da Costa
Reestruturação Urbana de Cajazeiras – PB Influenciada Pela
Implantação e Expansão do Setor de Ensino Superior. /Joaquim Alves
da Costa Filho. - Cajazeiras: UFCG, 2015.
89f. : il.
Bibliografia.

Orientador (a): Prof^a. Dr^a. Cícera Cecília Esmeraldo Alves.
Monografia (Graduação) – UFCG.

1. Ensino Superior. 2. Instituição de Ensino Superior – Cajazeiras –
PB - Expansão. 3. Educação Superior – Polarização Regional –
Cajazeiras - PB. I. Alves, Cícera Cecília Esmeraldo. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU – 377.8

2015

JOAQUIM ALVES DA COSTA FILHO

**REESTRUTURAÇÃO URBANA DE CAJAZEIRAS – PB INFLUENCIADA PELA
IMPLANTAÇÃO E EXPANSÃO DO SETOR DE ENSINO SUPERIOR**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura
Plena em Geografia da Universidade Federal de
Campina Grande, *Campus* Cajazeiras- PB, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Licenciado em Geografia.

Aprovada em: 08/12/2015

BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a. Cícera Cecília Esmeraldo Alves (Orientadora)
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
Unidade Acadêmica de Geografia



Prof. Dr. Josias de Castro Galvão (Examinador 1)
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
Unidade Acadêmica de Geografia



Prof. Dr. Santiago Andrade Vasconcelos (Examinador 2)
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
Unidade Acadêmica de Geografia

Aos meus pais, Joaquim Alves da Costa e Maria do Socorro Anacleto, meus irmãos, aqueles amigos que sempre estiveram ao meu lado, a Cecília Esmeraldo e demais professores que contribuíram direto e indiretamente para que eu conseguisse chegar à concretização dessa etapa profissional e objetivo de vida.

Dedico

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus, por me permitir a realização desse trabalho, me propiciando força e determinação.

Aos meus pais, Joaquim Alves da Costa e Maria do Socorro Anacleto, e meus irmãos (Maria Josivam, Josilene e Francisco) que estiveram constantemente me apoiando e incentivando.

Aos meus amigos que estiveram junto comigo nesta batalha vivendo momentos de conhecimentos, alegres, frustrantes, tristes, enfim momentos. Sendo estes os alunos do período 2011.2, em especial Pedro Rubsomar, Laurindo Duarte, Esmael Oliveira e Manuel Marques, outros colegas do curso de Geografia com destaque para Fernando Sousa, Lucas Figueiredo e demais colegas.

Aos professores do curso de Licenciatura de Geografia pela contribuição para o meu progresso acadêmico, em especial ao Professor Josias de Castro Galvão que deu-me a oportunidade de trabalhar ao seu lado, assim, contribuiu para ampliar, enriquecer meu conhecimento e aprimorar minhas ações e práticas, além de ter sempre me incentivado a buscar mais do que uma simples formação acadêmica.

A todos que de alguma forma contribuíram e me apoiaram nesse trajeto.

Obrigado a todos!

“Na geografia da vida existem montanhas, abismos, vales e desertos...

Quando estamos no topo da montanha só conseguimos rir o dia todo e ficar exaustos de tanta excitação e alegria...

Até que alguma coisa acontece e nos precipitamos montanha abaixo...

O tombo pode ser maior ou menor, os arranhões mais ou menos profundos, porém a dor é sempre a mesma... mas ninguém a conhece, pois não há ninguém que caia com você.

Quando chegamos lá no fundo, ficamos machucados e doloridos por um tempo, deitados em nosso abismo... mas o tempo que demorem nossas feridas em sarar dependerá somente de nossa disposição para nos levantar.

Chega então o tempo de atravessar o deserto, o tempo das lamentações e das lágrimas, e de arrastar arrastando os pés e a alma, mas à medida que avançamos a dor vai se transformando em meditação e finalmente, em aprendizado... e quando queremos lembrar, nosso deserto tem-se transformado num verde vale.

Chegaremos então novamente ao topo da montanha, e voltaremos a exultar de alegria, e o ciclo recomeçará...

Estranhamente, não produzimos frutos quando estamos no topo da montanha, nem quando estamos agonizando no abismo de nossa dor... só produzimos frutos da sabedoria enquanto atravessamos o deserto.

Sábio não é aquele que nunca cai, mas sim aquele que lembra o ensinamento de cada cicatriz...”

Daniela Raffo.

RESUMO

Esta pesquisa apresentou o processo de implantação e expansão do ensino superior e os fenômenos intraurbanos na cidade de Cajazeiras – PB. O objetivo principal deste estudo foi analisar a instalação, expansão e polarização regional deste centro urbano a partir do ensino superior. A primeira instituição de educação *lato sensu* deste município foi a FAFIC em 1970, porém, esse setor se ampliou a partir dos anos 2000 com a criação da Faculdade Santa Maria e da São Francisco, e com a ampliação das instalações físicas e acadêmicas das demais já existentes, notadamente, CFP/UFCG, IFPB e a própria FAFIC. Posto isso, percebeu-se que foi mediante a inserção deste serviço que a cidade ampliou sua influência no Sertão da Paraíba, em partes do Sudeste do Ceará e Sudoeste do Rio Grande do Norte. Além disso, contribuiu para diversificar sua economia, do setor de bens e serviços, sobretudo. A metodologia e os procedimentos de abordagem partiram do princípio de mudanças contínuas reveladas na forma e no conteúdo da produção e reprodução do urbano local. O materialismo histórico conduziu a reflexão teórico/metodológica desse estudo. Esta obra partiu de uma análise qualitativo-quantitativa, respaldando em revisão bibliográfica, exame documental, estudos de campo, entrevistas, levantamento de dados e informações. As descobertas provenientes desta pesquisa permitem afirmar que a presença do ensino superior contribuiu para que este Centro Sub-regional intensificasse suas relações comerciais e de serviços no âmbito regional, reconfigurasse sua estrutura econômica, social e cultural. Mediante isso, é pertinente atestar que Cajazeiras é um polo regional de educação de nível superior.

Palavras – chave: Expansão. Ensino Superior. Fluxos Regionais. Pequena e média cidade.

ABSTRACT

This search presented the process of implantation and expansion of higher education in the city of Cajazeiras - PB. The objective of this study was to analyze the installation, expansion and regional polarization of this urban center from higher education. The first education institution *lato sensu* of this city was FAFIC 1970, however, this section expanded from 2000s with the foundation college Santa Maria and San Francisco, and with the magnification of installations physical and academic existing ones too, notably, CFP/UFCGG, IFPB, and the very FAFIC. That step, it realizes which was by insertion this service the city expanded its influence in the sertão of Paraíba parts of Southeast of Ceará and South-West of North Rio Grande. Moreover, contributed to diversify its economy, of department goods and services, about everything. The methodology and procedures of approach they took for granted continuous changes revealed in the forms and inside production and reproduction the local urban. The historical and dialectical materialism conducted observation theoretical/methodological of this study. This work left na assay qualitative/quantitative, backing under review bibliographic, document exam, field studies, interviews, making data and information. The findings of this research allow allege that the attendance of higher education contributed for this sub-regional center intensifies its comercial relations and services sphere, reconfigurare its economic formation, social and cultural. Miscreant this, it is relevant to atest that Cajazeiras it is a polo level of education higher regional.

Key – Words: Expansion. Higher Education. Regional Feeds. Small and medium city.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CE – Ceará

CEF – Caixa Econômica Federal

CFP – Centro de Formação de Professores

DEMEC – Delegacia Regional do MEC

DER – Departamento de Estradas e Rodagens

DOU – Diário Oficial da União

EAD – Educação A Distância

EAN – Escola de Agronomia do Nordeste

FAFI – Faculdade de Filosofia da Paraíba

FAFIC – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras

FASP – Faculdade São Francisco da Paraíba

FESC – Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

FSM – Faculdade Santa Maria

HRC – Hospital Regional de Cajazeiras

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituição de Ensino Superior

IFPB – Instituto Federal da Paraíba

IFs – Institutos Federais

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

ISEC – Instituto Superior de Educação de Cajazeiras

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PB – Paraíba

PNE – Plano Nacional de Educação

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PT – Partido dos Trabalhadores

REGIC – Região de Influência das Cidades

RN – Rio Grande do Norte

SINDIBENS- Sindicato das Empresas locadoras de bens móveis

SISU – Sistema de Seleção Unificada

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPR – Universidade Federal do Paraná

FRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNIP – Universidade Paulista

UNOPAR – Universidade Norte do Paraná

USAID - *United States Agency for International Development*

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Localização geográfica de Cajazeiras no estado da Paraíba.....	14
Figura 02 – Faixada da FAFIC no ano 1970.....	26
Figura 03 – Expansão do Ensino Superior em Cajazeiras.....	27
Figura 04 – Prédio onde funcionam as atividades da FAFIC atualmente.....	30
Figura 05 – <i>Campus</i> do IFPB/Cajazeiras.....	31
Figura 06 – <i>Campus</i> do CFP/UFCG.....	32
Figura 07 – Faculdade Santa Maria.....	33
Figura 08 – Faculdade São Francisco.....	34
Figura 09 – Região de Influência de Cajazeiras.....	57
Figura 10 – Localização das IES em Cajazeiras.....	64
Figura 11 – Fluxos e a quantidade de municípios que tem estudantes provenientes desses matriculados nas IES de Cajazeiras.....	65
Figura 12 – Representação do perímetro urbano de Cajazeiras no ano de 1977....	68
Figura 13 – Representação do Perímetro urbano de Cajazeiras no ano de 2015....	69

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 01 – Cursos oferecidos à distância pela UNIP.....	35
Quadro 02 – Cursos oferecidos à distância pela UNOPAR.....	35
Quadro 03 – Principais supermercados de Cajazeiras.....	47
Quadro 04 – Principais franquias que atuam em Cajazeiras-PB.....	48
Quadro 05 – Cidades polarizadas por Cajazeiras, 1972.....	50
Quadro 06 – Cidades polarizadas por Cajazeiras, 1987.....	51
Quadro 07 – Cidades influenciadas por Cajazeiras	52
Quadro 08 – Cidades polarizadas por Cajazeiras, 2007.....	53
Tabela 01 – Número de Municípios e densidade populacional nos censos de 2000/2010, segundo as classes de tamanho da população.....	45

SUMÁRIO

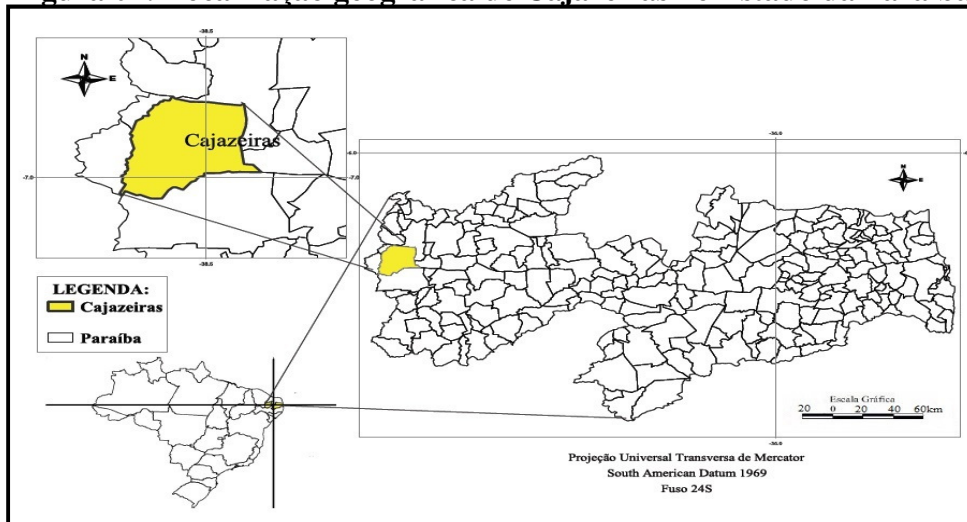
1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 MATERIAIS E MÉTODOS.....	16
2 A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE CAJAZEIRAS – PB.....	19
2.1 A expansão do ensino superior no período militar.....	19
2.2 O ensino superior do governo FHC ao governo Dilma (1995 – 2014)	21
2.3 O surgimento do ensino superior em Cajazeiras.....	24
2.3.1 Federalização da FAFIC e a expansão do ensino superior em Cajazeiras.....	26
3 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA A COMPREENSÃO DAS PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES.....	36
3.1 Breve discussão para o entendimento das cidades pequenas e médias.....	37
3.1.1 Pequena cidade.....	38
3.1.2 Uma análise teórica acerca da cidade média.....	42
3.2 Cajazeiras na hierarquia urbana da Paraíba.....	47
4 POLARIZAÇÃO REGIONAL E O SETOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	57
4.1 A polarização regional exercida por Cajazeiras a partir do ensino: um destaque para o ensino superior.....	61
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS	74
APÊNDICE A-	79
APÊNDICE B-	81
APÊNDICE C-	83
APÊNDICE D.....	85
APÊNDICE E.....	86
ANEXO.....	88

1 INTRODUÇÃO

O motivo que instigou a realização deste trabalho monográfico foi à necessidade e interesse em entender o processo de expansão e interiorização do ensino superior no Brasil, com destaque para a cidade de Cajazeiras – Paraíba. Atrelado a esse processo, buscou-se nesse estudo analisar a classificação que essa cidade se insere na hierarquia urbana regional, como também deu ênfase para a discussão de Cajazeiras como polo regional no setor de ensino superior.

Por ser uma cidade referência na região do Alto Sertão paraibano no que diz respeito à oferta de educação superior, o espaço urbano de Cajazeiras foi escolhido como objeto central desta pesquisa. O referido município está localizado na Mesorregião do Alto Sertão paraibano e na Microrregião de Cajazeiras¹ do estado da Paraíba – Brasil, ocupa uma área territorial de 565.889 km², localiza-se entre as coordenadas 380°33'43'' de longitude Oeste e 060°53'24'' de latitude Sul. O município faz limite a Leste com os municípios de São João do Rio do Peixe e Nazarezinho, ao Norte com Santa Helena e São João do Rio do Peixe, a Oeste com Bom Jesus e Cachoeira dos Índios e a Sul com São José de Piranhas, ambos da Paraíba. O mapa (1), abaixo, apresenta os municípios limítrofes com Cajazeiras e sua localização no estado da Paraíba:

Figura 01: Localização geográfica de Cajazeiras no Estado da Paraíba.



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do IBGE, 2015.

¹ Segundo Rodriguez (2002) o território da Paraíba está dividido em quatro Mesorregiões geográficas: Mata, Borborema, Sertão e Agreste.

O ensino superior no Brasil surgiu de forma segmentada, a partir da esfera privada e era restrita apenas a aristocracia colonial. Somente a partir da década de 1910 que começou a surgir as primeiras Instituições de Ensino Superior (IES), públicas no Brasil, notadamente a Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade de São Paulo (USP). De 1945 a 1964 houve uma significativa ampliação das IES públicas, entretanto, em 1964 com o golpe militar essa ampliação foi comprometida, a educação superior brasileira em diante, até 2002, viu seus investimentos se direcionarem as IES privadas. Enquanto as públicas se encontravam sucateadas fisicamente, pedagogicamente e academicamente.

Só a partir 2003 no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), que o ensino superior público voltou a ser prioridade. O presidente Lula mesmo passou a direcionar investimentos, promovendo a expansão e interiorização das universidades, além de ter criado vários Programas de estímulo a permanência e ingresso dos brasileiros no ensino superior, isto é, foi a partir desse governo que a educação brasileira em todos os níveis, sobretudo, no superior se tornou democrática, incorporando e abrangendo todas as parcelas de estudantes no Brasil.

Em Cajazeiras o ensino superior surgiu a partir da década de 1970, com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras (FAFIC), graças, sobretudo, ao esforço incessante do arcebispo local Dom Zacarias Rolim de Moura e do cônego Luiz Gualberto de Andrade. Atualmente a cidade dispõe de 5 (cinco) IES, além dessa, há o Instituto Federal da Paraíba (IFPB), a Universidade Federal de Campina Grande/Centro de Formação de Professores (UFCG/CFP), a Santa Maria e São Francisco.

A partir da instalação do serviço de ensino superior, Cajazeiras passou a ser um centro urbano de referência na Microrregião do Alto Sertão da Paraíba, e em parte das regiões Sudeste e Sudoeste do Ceará e Rio Grande do Norte, respectivamente, dispondo de um comércio amplo, de serviços de saúde e educação em comparação aos municípios por ela polarizados.

Percebendo a complexidade desse contexto, surgiu a necessidade de refletir sobre o processo de implantação e expansão do ensino superior no Brasil e em Cajazeiras. Assim, por meio de propósitos investigadores, surgiu o problema e o questionamento central que impulsionou o desenvolvimento dessa pesquisa: Quando, como e em que circunstâncias surgiu e se expandiu o ensino superior no Brasil e em Cajazeiras – PB? Além disso, é possível uma cidade de grandeza pequena e interiorana dinamizar sua economia, e se apresentar como uma cidade polo na sua região a partir da presença do ensino superior?

Partimos da premissa de que a presença do ensino superior provocou e impulsionou o crescimento urbano, além de ter diversificado a economia local. Com a presença desse serviço,

Cajazeiras passou a atrair um grande contingente de pessoas interessadas na oferta de educação superior, esse fenômeno consolidou Cajazeiras como polo regional de ensino.

Posto isso, este estudo apresenta como objetivo geral analisar a polarização exercida por Cajazeiras a partir da presença do setor de ensino superior. Quanto aos objetivos específicos, são os seguintes: a) apresentar o processo de expansão do ensino superior no Brasil, dando destaque à cidade de Cajazeiras; b) analisar a classificação de Cajazeiras enquanto cidade; c) realizar uma discussão a respeito dos conceitos de centralidade e rede urbana; d) identificar os aspectos que contribuíram para Cajazeiras tornar-se um polo regional no Sertão do Nordeste; e) Identificar os fluxos de estudantes que se direcionam a Cajazeiras em busca do serviço de ensino superior.

A justificativa por trabalhar esta temática surgiu diante da necessidade de abordar as condições de surgimento e como se organizou e expandiu o ensino superior no Brasil e em Cajazeiras. Além disso, procurou-se abordar nesse estudo uma discussão a cerca do enquadramento de Cajazeiras enquanto cidade e seu posicionamento na hierarquia urbana regional, visto que esta cidade desempenha um importante papel no Sertão da Paraíba no que diz respeito à oferta de educação superior.

Esta pesquisa buscou apresentar uma reflexão acerca da interação entre educação superior e o urbano, visto que essa temática tem se tornado cada vez mais discutida por estudiosos e intelectuais da Geografia Urbana. Ademais essa temática contribui bastante para a compreensão da reestruturação socioespacial urbana das pequenas cidades a partir da inserção do ensino superior, como elemento dinamizador da economia e capaz de gerar fluxos e fixos conectados ao movimento interestalar na região e na rede urbana.

Esta pesquisa tem como estrutura a divisão em três capítulos. O capítulo inicial realizou uma discussão acerca do processo de surgimento e expansão do ensino superior na cidade de Cajazeiras. Esse capítulo foi dividido em dois momentos: no primeiro foi analisado e discutido o surgimento do ensino superior no Brasil, mostrando em que condições surgiu, quem era o público que inicialmente tinha acesso a este serviço. Além de ter discutido-o sua forma de atuação em diferentes contextos político e de gestão presidencial, e seu processo de expansão e interiorização; e no segundo momento apresentou uma discussão sobre o surgimento e expansão do ensino superior em Cajazeiras, evidenciando seu processo inicial até os dias atuais.

O segundo capítulo apresenta uma reflexão teórica a respeito das médias e pequenas cidades brasileiras, tentando compreender a classificação de Cajazeiras enquanto cidade, isto é, Cajazeiras é uma cidade de pequeno ou médio porte? Além disso, buscou-se nesse capítulo destacar a posição de Cajazeiras na hierarquia urbana brasileira. Para isso, resgataram-se

diversos estudos realizados por autores e instituições de pesquisa que contempla essa temática com o intuito de melhor fundamentar este estudo.

O terceiro e último capítulo discute os conceitos de centralidade e polos de crescimento e desenvolvimento, atrelada a uma análise sobre a polarização regional exercida por Cajazeiras, a partir do setor educacional de nível superior. Assim, apresenta como o ensino superior contribuiu para que esta cidade se tornasse referência no Alto Sertão da Paraíba.

A *priori*, é possível inferir que o ensino superior foi o responsável por dinamizar a economia e dar uma outra característica a cidade e ao urbano de Cajazeiras, onde isso pode ser depreendido a partir da paisagem urbana. Ademais, este setor contribuiu para que Cajazeiras se consolidasse como um centro de referência na oferta de serviços nas regiões do Alto Sertão da Paraíba, e em partes do Sudeste cearense e Sudoeste do Rio Grande do Norte.

1.1 MATERIAIS E MÉTODOS

O método de investigação que apoiou esta pesquisa foi o materialismo histórico e dialético. A escolha por adotar esse método justifica-se pelo fato de que o materialismo histórico e dialético possibilita a construção do conhecimento, à medida que relacionamos o conhecimento científico com o empírico, porém, sem negar as particularidades políticas que se acham imbuídas no espaço e na sociedade.

Nesse sentido, Vlach (1988, apud GOMES, 2014, p. 22) coloca que, a partir desse método de investigação é possível:

Mais do que garantir a possibilidade de interpretações mais amplas da História, do real, o fundamento político destrói o imediatismo das ações, porque desmonta, por dentro, a lógica da identidade que as sustenta (a repetição do mesmo), a partir de um pensar uma teoria – realizado na/e pela práxis humana.

Portanto, é a partir dessa análise filosófica, que vai de encontro às práxis político-social, que esta pesquisa buscou atingir seus objetivos propostos. Com relação à prática investigativa, realizou-se um estudo de natureza descritiva e analítica, acompanhada de uma análise qualitativa/quantitativa. A pesquisa respaldou-se em levantamento bibliográfico, análise documental, estudos de campo, entrevistas, levantamento de dados e informações, e aplicação de questionários.

Os estudos de campo foram realizados entre os meses de outubro de 2014 e outubro de 2015, em todas as IES existentes na cidade de Cajazeiras. Além dos estudos de campo, realizou-

se um levantamento de informações nas referidas IES, com o intuito de conhecer a estrutura oferecida pelas mesmas, como também o ano de criação, e a procedência municipal dos discentes matriculados.

Outro meio utilizado para a obtenção de dados consistiu na aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas (*vide* apêndices A, B, C, D, e E). As entrevistas foram realizadas com dois grupos de pessoas. A primeira foi realizada com historiadores locais, que acompanharam e participaram de forma ativa do processo de instalação do ensino superior em Cajazeiras, e do seu processo de ampliação, os entrevistados nesse grupo foram: José Antonio de Albuquerque – professor do curso de História da UFCG/CFP; e, Chagas Amaro – professor aposentado do curso de História da UFCG/CFP;

O segundo grupo de entrevistados foi composto de sujeitos ligados ao imobiliário, a fim de conhecer e analisar o quanto que Cajazeiras atrai pessoas de outras localidades para o consumo de produtos oferecidos pela mesma, para então ter uma compreensão da centralidade que exerce na região do Sertão do Nordeste. Em relação ao setor imobiliário, realizou entrevistas com corretores e construtores, a fim de averiguar-se o ensino superior foi mesmo, de fato, o principal elemento que impulsionou a expansão urbana e a demanda por imóveis na cidade. Os entrevistados nesse grupo foram: Crispim Coelho – professor do curso de Engenharia Civil do IFPB, e construtor imobiliário; Edval Rolim – corretor de imóveis de Cajazeiras.

A importância de trabalhar com a entrevista semiestruturada reside no fato de ser um processo mais rápido, além de possibilitar uma análise estatística mais acurada dos dados em questão. Nesse sentido, na perspectiva de Júnior e Júnior (2011), a entrevista estruturada, possibilita o tratamento quantitativo dos dados, este tipo de entrevista, na óptica dos autores torna-se o mais adequado para o desenvolvimento de levantamentos sociais.

Outro recurso metodológico utilizado no desenvolvimento desta pesquisa foi à aplicação de questionários com estudantes da UFCG/CFP, Santa Maria e São Francisco, com o intuito de conhecer a origem municipal dos estudantes matriculados nas IES citadas. As outras duas IES (FAFIC e IFPB), os dados foram cedidos pelos respectivos diretores, através do controle acadêmico.

A aplicação dos questionários foi realizada segundo a quantidade de alunos por curso, isto é, eram aplicados questionários com 5% (cinco por cento) de estudantes de cada curso. Após a realização da coleta, os dados foram sistematizados por meio de amostras, ou seja, o total de alunos que respondeu ao questionário representaria o número aproximado de estudantes matriculados por cada curso.

Por fim, as dificuldades encontradas na aquisição de dados e informações, sobretudo, por parte dos órgãos públicos e privados de Cajazeiras. Nos órgãos privados – nas instituições particulares, notadamente Santa Maria e São Francisco os responsáveis colocaram vários obstáculos para a disposição das informações, aspecto que foi verificado semelhantemente pelo Pró-Reitor de ensino da UFCG que se indis pôs a divulgar os dados ao pesquisador.

Nos órgãos públicos, como a Câmara de Dirigentes Lojistas de Cajazeiras- (CDL) e o sindicato das empresas locadoras de bens móveis, SINDIBENS local, os responsáveis se mostraram dispostos a colaborar, contudo, alguns fatores se manifestaram como empecilho para obtenção das informações, como desatualização de arquivos e registros, além de que as poucas informações que continham eram duvidosas.

A ausência dos dados, informações e registros limitou uma maior reflexão para a compreensão da temática abordada na análise, entretanto, não comprometeu a realização da pesquisa, isto é, não impediu que os objetivos propostos na pesquisa fossem alcançados.

2 A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE CAJAZEIRAS

As primeiras instituições de ensino superior no Brasil surgiram em 1808, localizadas na Bahia e Rio de Janeiro, respectivamente. Eram faculdades privadas voltadas para a formação de médicos e de acesso restrito, apenas a aristocracia colonial tinha acesso ao serviço.

A Revolução de 1930 provocou diversas modificações de cunho político, econômico e social no país, exigiu que a nação passasse a investir na educação básica e a expandir fisicamente o ensino superior. As primeiras IES públicas começaram ser criadas a partir de 1912, notadamente a UFPR, e em 1920 a Universidade do Rio de Janeiro, atualmente denominada Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), após estas surgiram várias outras como a USP.

De acordo com Teixeira (1969), nas três décadas seguintes, o plano educacional apresentou uma expansão significativa, passando de 24 escolas isoladas para 133, sendo que 86 desse total haviam sido criadas na década de 1920.

A expansão da educação superior nesse primeiro momento foi possível devido à aprovação de uma legislação, em 1915, por parte do Congresso, exigindo a criação da universidade no Brasil, a seguir, a fundamentação que regulamentou a formação da universidade no Brasil:

Em 1915 o Congresso criou o modelo fundamental, que existe até hoje, para a formação de universidades no Brasil. Ou seja, pela reunião de estabelecimentos profissionais de ensino superior pré-existent. [...] Se for uma instituição privada, só pode ser criada mediante a reunião de faculdades, institutos ou escolas profissionais previamente credenciadas pelo poder público. E no setor público, há duas vias. Cria-se a universidade por esse mesmo processo de agregação ou mediante lei ou decreto (CUNHA, 2005 apud MARTIN e ORSO, 2006, p. 2).

Entre 1945-1964 registou-se um intenso processo de integração do ensino superior, com isso, aquelas faculdades isoladas, criadas a partir da primeira década do século XIX foram incorporadas administrativamente às universidades. Foi a partir desse momento que a educação superior no Brasil começou a se ampliar. Entretanto, a partir de 1964 a intensidade de crescimento desse setor diminuiu, em virtude da instauração do Regime Militar (1964-1984).

2.1 A expansão do ensino superior no período militar

O período militar no Brasil foi bastante conturbado, causando instabilidade em diversos setores do país, sobretudo, no de ensino superior. Naquela época se presenciou inúmeras

modificações, desde a esfera política, econômica, social até a educacional. De repente, tanto a sociedade no geral quanto setores de serviço tiveram que se adaptar àquela nova realidade que fora imposta. A educação superior que até então vinha se expandindo, desacelerou em virtude do golpe. Docentes passaram a ser perseguidos pelo regime militar, por não seguir as exigências ideológicas do então poder constituinte.

Mediante o cenário de perseguição aos docentes, o governo decidiu realizar uma reforma universitária, porque, para os militares o sistema que operava no meio acadêmico, sob o controle dos catedráticos não estavam conseguindo dar conta da demanda de discentes que almejavam ingressar no ensino superior, devido ao número reduzido de vagas.

Com isso, o Ministério da Educação e Cultura optou por fazer um acordo com uma agência norte-americana *United States Agency for International Development* (USAID), com o intuito de realizar uma reforma em todos os níveis de ensino. Na visão dos militares a educação no geral e, sobretudo, a superior, tornara-se um instrumento de reflexão e perigo para o governo instaurado.

Uma das medidas que a USAID via como necessária para a reforma era a de disciplinar o ambiente acadêmico, reprimir protestos, e, sobretudo, privatizar o ensino. Esse era o desejo de grande parte de gestores educacionais, docentes e discentes. Nesse sentido, Cunha (1988, p. 22), chama atenção que “[...] esse tipo de universidade foi buscada, desde os fins da década de 1940, por gestores educacionais, docentes e discentes, principalmente aqueles com um imperativo da modernização e, até mesmo, da democratização do ensino superior em nosso país”.

A reforma universitária (1968) instituiu as seguintes medidas: a) instaurou o departamento como unidade mínima de ensino; b) fundou os institutos básicos; c) organizou o currículo em ciclos básico e o profissionalizante; d) modificou o exame de vestibular; e) aboliu a cátedra; f) tornou as decisões mais democráticas; g) institucionalizou a pesquisa; h) centralizou as decisões em órgãos federais (MARTINS, 2002 apud MARTIN E ORSO, 2006).

Aliado a isso, a reforma incentivou a criação de instituições privadas, com o apoio do Estado, para corrigir os problemas que eram inerentes à cátedra, como a escassez de vagas no ensino superior. Com a formação de faculdades, o governo militar visou garantir o acesso de estudantes de baixo poder aquisitivo ao ensino superior.

Dessa forma, iniciou-se uma nova fase na expansão da educação superior no Brasil, entretanto, tal ampliação foi calcada no âmbito privado. Criou-se inúmeras faculdades particulares, em lugares onde se encontrava um grande número de discentes interessados no ingresso à academia, porém, os lugares beneficiados foram as grandes metrópoles e cidades médias que apresentavam um grau maior de desenvolvimento.

O regime militar preparou o campo da educação brasileira para a atuação do sistema econômico liberal. Desse modo, Germano (1994, p. 104), enfatiza que “a política educacional do regime militar pautou, do ponto de vista teórico, na economia da educação de cunho liberal, responsável pela elaboração da chamada ‘teoria do capital humano’”.

Dessa forma, fica nítido que a amplificação desse setor de serviço durante a ditadura militar calçou-se, sobretudo, na iniciativa privada. Essa lógica perdurou nos governos seguintes, já na nova Democracia que se instaurava no Brasil, conduzidos por José Sarney (1985-1990), Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994), e se intensificou nos dois mandatos consecutivos de Fernando Henrique Cardoso – FHC, (1995-2002).

2.2 O ensino superior do governo FHC ao governo Dilma (1995-2014)

As práticas exercidas pelos presidentes eleitos pós-redemocratização do Brasil na esfera da educação superior foi distinta do que foi estabelecida na Constituição de 1988. Isso, porque a Carta Magna do documento constitucional considera a universidade como “o local onde se realizará o propósito íntegro, por definição indissociável, do ensino, da pesquisa e da extensão, esta última entendida como a tarefa de ampliação imediata dos canais e dos conteúdos de conhecimento a todos os níveis da coletividade [...]”(ABMES, 2007, p. 15).

Entretanto, o Estado brasileiro optou por seguir a lógica do sistema político colonial e militar, concedeu incentivo e autonomia para o capital privado ofertar esse serviço, dessa forma, restringiu o acesso à academia apenas a classe elitista. Essa foi uma realidade bastante intensa no governo de FHC, que patrocinou a expansão do ensino superior a partir do capital privado, e privatizou inúmeras IES públicas.

Durante o octonado de FHC, a privatização foi bastante acelerada. O número de IES crescia exponencialmente, porém, com pouquíssima qualidade. No governo FHC desenvolvia-se numa proposta para beneficiar e dar autonomia as IES privadas, enquanto as universidades operavam em péssimas condições. Nesse sentido, Cunha (2003, p. 58) destaca que: “[...] as políticas do governo FHC voltadas para as esferas públicas e privadas do ensino superior são distintas, mas compatíveis e convergentes”.

Por que distintas, mas compatíveis e divergentes? Segundo a óptica de Cunha (2003), as instituições públicas sofreram com a falta de recursos, por outro lado as particulares recebiam investimentos avultosos. Dessa forma, a maneira como foi conduzido o ensino por parte de FHC foi distinta, porém, estava de acordo com sua ideologia de governo.

“A forma como foi dada a autonomia e investimentos para a criação de IES privadas, ocasionou uma situação bastante caótica na educação superior, já que de 1998 a 2002, foram criadas em média três novos cursos por dia em instituições privadas” (JÚNIOR, 2006, p. 150). Essa realidade foi considerada desequilibrada por muitos especialistas, e despertou dúvidas quanto à maneira como foi conduzida a expansão do ensino superior no Brasil, visto que durante o período, foi financiado cerca de 900 cursos de graduação sem o reconhecimento do MEC (SOUZA apud JÚNIOR, op. cit.).

O processo de ampliação desse serviço no Brasil obteve outra característica a partir de 2003, com o governo de Luiz Inácio “Lula” da Silva. Esse governo investiu na educação superior pública e privada, além de ter estimulado a ampliação para regiões interioranas.

A expansão da educação superior no Brasil tem seu início na década de 1970, porém, a ampliação se intensificou a partir dos anos 2000, sob a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), notadamente no governo Lula (2003-2010). Foi nessa gestão partidária que se democratizou o acesso à universidade, por meio de programas direcionados ao ingresso e a permanência de alunos na academia, como o Sistema de Seleção Unificada (SISU²), Programa Universidade para todos (PROUNI³), Financiamento do Ensino Superior (FIES⁴), Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI⁵), dentre outras políticas públicas voltadas para a educação superior.

Nesse sentido, Cocco, et al. (2012, p. 2), aponta que “a expansão da Rede Federal de Educação Superior no Brasil, atendendo ao Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei Nº 10.172/2001, teve início em 2003 com a interiorização/regionalização dos *campi* das universidades federais”. Foi a partir dessa expansão que o acesso ao Ensino Superior público e gratuito no Brasil se ampliou, fenômeno esse que contribuiu para a regionalização e interiorização da oferta de vagas nas IES de todo o país.

Os mesmos autores ainda apontam que esse processo compreendeu dois momentos:

² Sistema de Seleção Unificada, é o sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem).

³ Programa do Ministério da Educação que concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior.

⁴ Programa do Ministério da Educação destinado a financiar cursos de graduação em instituições privadas para estudantes.

⁵ Programa do Governo Federal instituído pelo Decreto Presidencial 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo de dar às instituições condições de expandir o acesso e garantir condições de permanência no Ensino Superior.

A expansão fase I e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) -, foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos *campi*, os quais possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação. Desse modo, de 1808 a 2002, no Brasil, existiam 148 *campi* de universidades federais, instalados em 114 municípios da federação. Já em 2010, após a primeira etapa da expansão, o número saltou para 2.741 (um aumento percentual de 85%), abrangendo 230 municípios (um aumento de 101% em relação à situação anterior). A expectativa é de que, até 2014, dez anos depois do início do Programa de Expansão, o número de *campi* chegue a 321 (COCCO, et. al, 2012, p. 1).

Terminado seu octonado em dezembro de 2010, Lula foi sucedido pela presidenta Dilma Rousseff, que ganhou as eleições presidenciais daquele mesmo ano, e que, contou com o apoio do ex-presidente. Ao iniciar seu governo em 2011, reafirmou a continuidade do programa de expansão da educação superior anunciando a construção de 4 novas universidades federais, a criação de 47 novos *campi* universitários e 208 novos Institutos Federais (IFs).

A expansão da educação *latu sensu* na visão do governo Dilma tinha como objetivo:

Expandir, ampliar, interiorizar e consolidar a rede de Institutos e Universidades Federais, democratizando e ampliando o número de vagas na educação profissional, tecnológica e superior. Bem como promover a formação de profissionais qualificados, fomentando o desenvolvimento regional e estimulando a permanência de especialistas qualificados no interior do Brasil (BRASIL, 2011, s/p).

De 2011 a 2014 foram construídos 275 *campi* universitários, entre IFs e universidades, distribuídos em 200 municípios (BRASIL, 2014). Além disso, foi no governo Dilma que ocorreu a implantação do programa “Ciências Sem Fronteiras”, 2011, visando estimular a mobilidade de discentes, docentes e pesquisadores para adquirir experiências acadêmicas em IES estrangeiras, e uma forma de interação de conhecimento entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros participantes, e de manter relações técnico-científicas com nações que detêm uma produção científica e tecnológica mais avançada que a brasileira.

A expansão da educação no primeiro mandato de Dilma ocorreu em sua maioria a partir do interior do país, pelo fato do governo pleitear o desenvolvimento econômico de municípios. Constatou-se, assim, um novo ciclo de ampliação das universidades, que ocorreu mediante a formação de *campus* temáticos e *campus* cidade, “da defesa de parâmetros internacionais de comparação de qualidade, do financiamento baseado na eficiência e na presença de grandes instituições públicas. Tais fatores implicaram em uma nova configuração, organização e gestão desses centros de ensino” (FERREIRA, 2012, p. 466).

Até se chegar a esse período de expansão e modernização, a universidade encontrou muitas dificuldades em se inserir na sociedade brasileira. Nessa perspectiva, Severino (2009, p. 254), salienta que “ela ainda enfrenta problemas no seu interior como na produção, sistematização e disseminação de conhecimentos”.

Para compreender o fenômeno de ampliação das IES e a sua inserção na sociedade brasileira, é necessário primeiramente fazer uma apreensão dos processos socioespaciais que definem o referido período histórico. De acordo com Júnior (2004, p. 147):

No Brasil, desde a década de 1990 vem se consolidando um período de intensas mudanças estruturais na constituição do território nacional, onde a reestruturação e a modernização das atividades produtivas no Brasil sejam no campo, sobretudo com a prática da chamada agricultura de precisão, sejam na cidade, com a realização de atividades industriais e de serviços (consultorias, marketing, publicidade, etc.).

Portanto, é num espaço recheado de demandas educacionais, políticas, econômicas e sociais que a produção e o funcionamento das diversas atividades, impregnadas de técnicas, ciência e informação, vão exigir sujeitos cada vez mais qualificados para ocupar os cargos, e, nessa perspectiva a exigência por educação e, principalmente de formação para mão de obra (cursos técnicos, por exemplo), se torna mais crescente (SANTOS E SILVEIRA, 2000).

3.3 O surgimento do Ensino Superior em Cajazeiras

O ensino superior na cidade de Cajazeiras surgiu atrelado a Igreja Católica. A ideia de criar uma Instituição de nível superior na cidade partiu do Bispo da Diocese local Dom Zacarias de Moura. A ideia de abrir uma IES surgiu mediante a necessidade por professores qualificados, visto que na década de 1960 praticamente não existiam profissionais nessa área com condições de lecionar nos cursos Ginásial, Científico, Clássico, e Pedagógico. Percebendo tal situação deficitária na educação local e regional, Dom Zacarias de Moura, resolveu criar a Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras (FESC), que seria mais tarde a mantenedora da FAFIC.

Criada no dia 19 de março de 1965, a FESC tinha por objetivo criar, instalar e manter, na cidade de Cajazeiras ou em cidade de jurisdição da Diocese, institutos de pesquisa, ensino, educação e cultura de grau superior, (FESC, 2009).

Após a fundação da FESC em 1965, foi criada a FAFIC, a primeira Instituição de Ensino Superior de Cajazeiras e do Sertão paraibano, a fundação dessa IES era vista como um sonho para centenas de estudantes do Sertão da Paraíba, de partes dos estados do Ceará, Rio Grande do

Norte e Pernambuco, já que na época só existiam cursos desse nível nas cidades do Crato – CE, Mossoró – RN e Campina Grande – PB.

No dia 17 de janeiro de 1970, a FAFIC foi criada, através da Lei Municipal nº 503/70. Cumprida as exigências legais para seu funcionamento, a referida faculdade foi autorizada a iniciar suas atividades através da Resolução 04/70, de 23 de janeiro de 1970, do Conselho Estadual de Educação. E, por Decreto Presidencial de nº 66. 472, de 22 de abril de 1970, a FESC mantenedora da FAFIC foi autorizada a realizar seu primeiro vestibular e iniciar a operação dos cursos de Licenciatura Plena em Letras, História, Geografia, Filosofia e, posteriormente, as licenciaturas curtas em Ciências e Estudos Sociais (REVISTA COMEMORATIVA DA FAFIC, 2010). A figura 01 mostra a faixada da FAFIC, nos seus anos iniciais.

Figura 02: Faixada da FAFIC no ano 1970⁶



Fonte: Acervo da FAFIC.

A FAFIC entrou em operação contando com o apoio de outras instituições de educação do Brasil e de outros países, além de ter recebido ajuda de entidades religiosas e de políticos do estado da Paraíba. Para garantir uma boa qualidade de ensino, esta IES contratou professores de Fortaleza – CE, Recife – PE, e de outras cidades.

Foi na área pedagógica que o diretor Luiz Gualberto encontrou dificuldades, entretanto, foi nessas últimas cidades citadas que o Cônego encontrou a solução para compor o quadro de professores. Mais tarde, Dom Zacarias enviou vários seminaristas e docentes para se qualificar

⁶ A figura (01) retrata o primeiro prédio utilizado pela FAFIC para a realização de suas atividades, esse prédio é de propriedade da FESC mantenedora da FAFIC, atualmente se encontra alugado ao Governo do Estado da Paraíba como sede da Nona Gerência Regional de Educação da Paraíba.

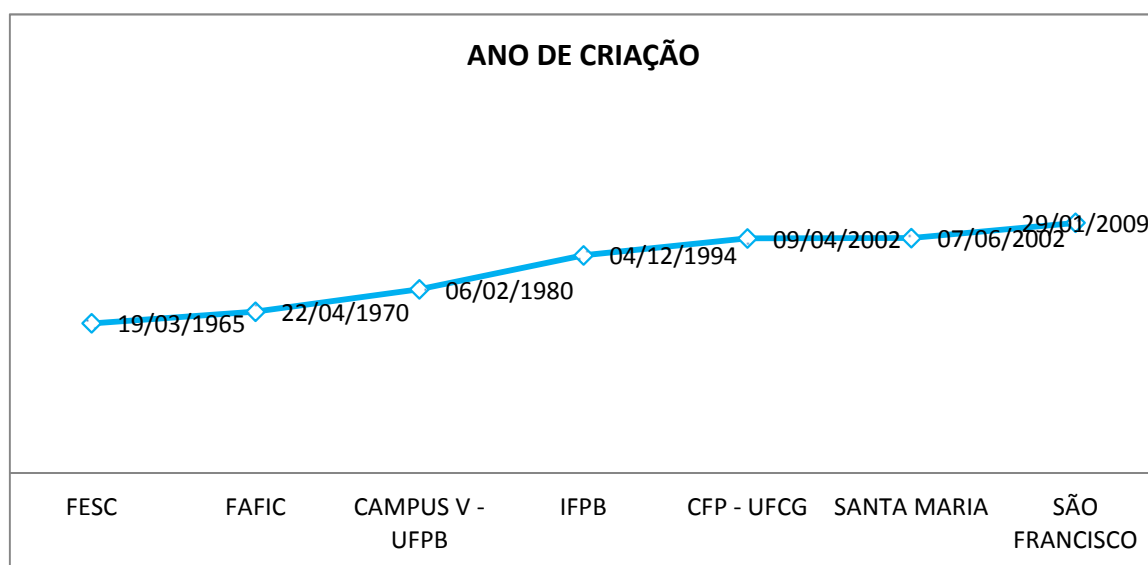
em cursos de Pós-Graduação, a partir de convênios realizados entre a FAFIC, a Universidade Pontifícia Gregoriana de Roma, a USP e com outras instituições de âmbito nacional e internacional.

Além destas, a FAFIC realizou convênio com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na qual se responsabilizou pela contratação de docentes e de custear os salários dos novos profissionais da faculdade cajazeirense. Posteriormente a FAFIC, realizou outro convênio, este com o Estado da Paraíba, nesse, o governo paraibano assegurou pagar parte dos salários dos docentes. Os convênios realizados com a UFPB, com o Estado da Paraíba e com outras entidades nacionais e internacionais atraíram professores de várias partes do país para a faculdade recém-criada.

2.3.1 Federalização da FAFIC e a expansão do ensino superior em Cajazeiras

Para compreender o processo de expansão do ensino superior em Cajazeiras foi utilizado uma ilustração em formato de linha do tempo, figura (2), para demonstrar espacialmente tal processo. Em seguida, serão discutidas as informações contidas na figura.

Figura 03: Representação gráfica da expansão do Ensino Superior em Cajazeiras



Fonte: Elaborado por Joaquim Alves da C. Filho, 2015.

A primeira tentativa de implantar o ensino superior na Paraíba, data do período compreendido entre 1889-1930, com a fundação da Universidade Popular, porém, esse objetivo não foi concretizado. Isso porque, não passou de: “[...] irrealismo do governo do Estado, exagero

da imprensa oficial, euforia de uma pequena burguesia liberal, etc, sendo visto como um grande e desastroso equívoco” (RODRIGUES, 1986, p. 34 apud SOUSA, 2011, p. 38).

Depois da tentativa frustrada, foi criado o ensino superior no Estado, no ano de 1934, com a implantação da Escola de Agronomia do Nordeste (EAN), na cidade de Areia. A EAN começou a operar três anos após sua fundação, em 1937, e tinha o apoio do Governo estadual para se manter. A EAN é considerada como a antecessora da UFPB, serviu de base para a fundação da mesma mais tarde.

Após a Revolução de 1930, o Brasil passou por transformações em muitos dos seus setores, e na educação não foi distinto, sobretudo, no ensino superior. Foi a partir do governo provisório de Vargas que criaram algumas IES na Paraíba, resultado de uma política educacional amparada na ideologia do Estado Populista.

Todo esse processo contribuiu para a expansão da educação superior na Paraíba, e, isso veio alguns anos depois, em 1950. Foi nesse período que houve a criação de várias faculdades isoladas, entre elas, a Faculdade de Filosofia da Paraíba – FAFI, atual Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). *A priori*, houve muitas dificuldades para o reconhecimento dos cursos existentes na FAFI, isso por que:

[...] representantes da política e da imprensa da Região Sudeste afirmavam que não havia necessidade da Paraíba ter um grau de ensino tão elevado, já que se tratava de um Estado que não tinha expressão, tampouco contribuía para o desenvolvimento do restante da nação (BEZERRA, 2006, apud SOUSA, 2011, p. 39).

Mesmo os sulistas se opondo a implantação do ensino superior na Paraíba, o estado seguiu em frente, com resultados satisfatórios, um desses foi a fundação da UFPB em 1960, como fruto da política de federalização da educação superior pública no governo de Juscelino Kubitschek (BEZERRA, 2006, apud SOUSA, 2011).

Nessa lógica de federalização iniciada pelo Governo Federal, a FAFIC também foi federalizada, mas por motivo distinto. A razão que levou a FAFIC a ser federalizada foi em virtude da FESC não mais dispor de recursos para o funcionamento da referida instituição de Cajazeiras.

Posto isso, no dia 22 de janeiro de 1979, foi realizada uma Assembleia Extraordinária para discutir por meio de votação, se realmente deveria acontecer a federalização da FAFIC, e esta passar a ser o *campus* V da UFPB. Na oportunidade, o Cônego Luiz Gualberto enumerou na Ata da Assembleia, os motivos que estava levando-o a federalizar a referida instituição:

a) oportunidade de melhorar o processo de ensino/aprendizagem; b) melhoria na qualificação do corpo docente; c) evitar a evasão de professores em busca de melhores salários; d) promover o ensino gratuito; e) facilitar maior fluxo de investimentos, para que pudesse ampliar a estrutura física, acadêmica e pedagógica da instituição (SOUSA, op. cit. s/p.)

Esses e outros possíveis benefícios foi o que motivou todos a votarem pela federalização, e a consequente transferência do patrimônio da FAFIC para a UFPB. Como prova disso é que existem livros na biblioteca setorial do CFP/UFCG, antigo *campus V* da UFPB, de origem patrimonial da FAFIC e que foi doado no ato da federalização, e posteriormente ficado como bem material do CFP quando houve o desmembramento da UFPB para a criação da UFCG (a discussão desse processo está mais a diante no texto). Algumas dessas obras (*vide* anexo 01), estão em idiomas estrangeiros como francês, espanhol, entre outros. Tais obras eram trazidas pelo Cônego Luiz Gualberto em suas viagens a Europa e também doações das entidades educacionais conveniadas a FAFIC.

Foi a partir da federalização da FAFIC que se iniciou o processo de interiorização do ensino superior no estado da Paraíba. Desse modo, no dia 13 de fevereiro de 1979, através da Resolução 62/79, era criada a primeira universidade federal em domínios de Cajazeiras, (UFPB/*Campus V*). Com esta federalização o estabelecimento da FAFIC foi fechado e a mesma passou a fazer parte da nova universidade que se fundava.

Dezoito anos após o fechamento da FAFIC, ela foi reaberta a pedido do então bispo da Diocese local, Dom Matias Patrício de Macedo. O motivo que moveu o bispo a pedir a reabertura, foi em virtude de haver uma grande parcela de jovens que estavam concluindo o segundo grau (o atual ensino médio), e também dos seminaristas da Diocese de Cajazeiras e de outros municípios da região almejarem ingressar nos cursos de formação eclesial. Sem a FAFIC, seminaristas e outros jovens interessados em ingressar no ensino superior tinham que se deslocar para Patos – PB, Campina Grande – PB, João Pessoa – PB ou Crato – CE.

Posto isso, Dom Matias solicitou ao Conselho Nacional de Educação a reabertura do curso de Filosofia. Entretanto, o pedido não foi aceito de imediato, isso, porque, se fazia necessário o cumprimento de algumas exigências do Parecer N° 22/96/SESON/DEMEC/PB, emitido em 14 de outubro de 1996 (*vide* anexo 03).

As exigências feitas pelo Parecer, para reabrir a FAFIC, eram as seguintes:

1. Cópia das Atas do Conselho Diretor aprovando a reativação do curso de Filosofia, no Colégio Diocesano;
2. Relatório nominal com respectivos cargos dos membros dos Conselhos de acordo com o Estatuto;
3. Cópia da ata do Conselho Curador demonstrando os recursos de manutenção do curso;

4. Apresentar proposta de novo Regimento coerente com a nova situação da faculdade, com apenas um curso;
5. Apresentar cópia do convênio com a UFPB para a utilização do acervo da Biblioteca do *Campus V*;
6. Informar os dados atualizados sobre a Faculdade de Filosofia, com a nova grade curricular, corpo docente adequado às disciplinas da nova grade, relação nominal do acervo próprio da biblioteca da faculdade, planta baixa dos edifícios e instalações localizando os ambientes que seriam utilizados, cópia das certidões cartoriais de posse dos prédios e a relação dos equipamentos disponíveis para os ambientes de trabalho (SESOR/DEMEC, 1996).

Depois de atendidas às exigências do Parecer, a FAFIC foi reaberta no dia 12 de maio de 1997, por meio do parecer N° 209/97 (REVISTA COMEMORATIVA DA FAFIC, 2010, p. 9). A instituição reabriu e até os dias atuais funciona no prédio que abrigava o extinto Colégio Diocesano Padre Rolim, *vide* figura 02.

Figura 04: Prédio onde funcionam as atividades da FAFIC atualmente



Fonte: Google Maps, 2012.

Na sua reabertura, a FAFIC oferecia apenas o curso de licenciatura em Filosofia, dez anos mais tarde, abriram-se mais três: o de bacharelado em Ciências Contábeis, 2007, autorizado pela Portaria N°776 de 25/10/06, que funciona no período noturno; bacharelado em Serviço Social (2007), autorizado pela Portaria N° 775 de 25/10/06; e, bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais (Direito) (2007), autorizado pela Portaria N° 556 de 26/06/07 (ESTATUTO DA FAFIC). Em setembro de 2015 o MEC autorizou a abertura de dois novos cursos, bacharelado em Ciências da Computação e Educação Física, esses dois últimos previstos para terem suas atividades iniciadas no primeiro semestre do ano 2016.

Segundo Albuquerque (2010) antes da reativação da FAFIC, se instalou em Cajazeiras a Escola Técnica Federal da Paraíba, atualmente o IFPB. Anteriormente denominada Escola

Técnica Industrial, oriunda do Liceu Industrial e este, da Escola de aprendizes Artífices, que pertenceu a um grupo de dezenove instituições criadas em 1909, durante a gestão do Presidente Nilo Peçanha. Esses Centros tinham como finalidade, ofertar ensino profissional para os jovens que buscavam ingressar no mercado de trabalho.

Em 1994, o Presidente Itamar Franco, promulgou a Lei nº 8. 948, de 8 de dezembro de 1994, dando início paulatino à instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica (BRASIL, 1994). A promulgação dessa lei coincidiu com a instalação do Centro de Educação e Tecnologia de Cajazeiras, a diferença foi de dias, enquanto que Cajazeiras recebeu um *campus* desse modelo de instituição no dia 04 de dezembro de 1994, a Lei era sancionada pelo então Presidente Itamar Franco no dia 08, do mesmo mês e ano.

A Escola Técnica Federal da Paraíba se tornou o Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba em 1999, denominação mantida até o final de 2008. Esta mudança fazia parte do processo de transformação de Escolas Agrotécnicas e Técnicas Federais em Centros de Educação Tecnológica. No dia 29 de dezembro de 2008, foi sancionada a Lei Federal nº 11. 892 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2008). Assim, possibilitou a implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB.

A instalação de uma dessas unidades em Cajazeiras visava atender as necessidades da região, dentro da perspectiva de interiorização da educação profissional. Cajazeiras foi à segunda cidade paraibana a receber um *campus* do IFPB, a primeira havia sido João Pessoa. A figura 03 mostra o *campus* do IFPB/Cajazeiras.

Figura 05: *Campus* do IFPB/Cajazeiras



Fonte: Google Maps, 2012.

A implantação da educação profissional em Cajazeiras está relacionada com um fato histórico. O ensino profissionalizante técnico na cidade existe desde 1950, com a Escola Técnica de Comércio Monsenhor Constantino Vieira, fundada no dia 2 de dezembro de 1951. Essa unidade educacional oferecia cursos de 1º e 2º ciclo ginásial, de acordo com o estabelecido pela Lei Orgânica do Ensino Secundário – Decreto – Lei nº 4. 244, de 09 de abril de 1942 (D.O.U, 1942).

Essa lei dividiu o ensino secundário em dois ciclos:

O primeiro era o curso ginásial e o segundo compreendia dois cursos paralelos: o curso clássico e o curso científico. Após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961, essa divisão foi alterada para os ciclos ginásial e colegial que abrangia cursos técnicos, entre os quais, o curso de comércio que funcionava na Escola Técnica do Comércio de Cajazeiras, após a criação da LDB/61, essa escola passou a ser chamado de Colégio Comercial Monsenhor Constantino Vieira (ALBURQUERQUE, 2010, p. 39).

Em 1952 começou a funcionar em Cajazeiras a Escola Técnica de Comércio Monsenhor Constantino Vieira, ofertando o curso técnico em contabilidade. Foi a partir dessa escola que o ensino técnico profissionalizante se ampliou na cidade cajazeirense, e servindo de alicerce para a instalação da Escola Técnica Federal anos mais tarde.

Em 2002 o *Campus V* da UFPB passou a se chamar Centro de Formação de Professores da UFCG, isto é, (CFP/UFCG), *vide* figura 04.

Figura 06: *Campus* do CFP/UFCG



Fonte: Google Maps, 2012.

A mudança veio por meio do desmembramento da UFPB, para a criação da UFCG. O que provocou o desmembramento foi o crescimento acelerado da UFPB. A expansão dessa última estava tornando sua estrutura caótica, isso fez com que surgisse no *campus* de Campina grande,

Campus II, um movimento para se desmembrar da UFPB, e criar a UFCG. Movido por esse interesse, em 1984 o Deputado Federal Aloizio Campos, lançou um projeto de lei tentando criar a UFCG a partir do desmembramento do *Campus II* (Campina Grande), e de outros da UFPB, como o Campus V de Cajazeiras, o VI de Sousa e o VII de Patos.

Entretanto, o projeto do deputado Aloizio Campos não obteve êxito, somente em 1992, com uma Portaria assinada pela professora Eunice Duhan (vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência no primeiro mandato do governo FHC), que se criou uma comissão com o intuito de criar duas novas estruturas da UFPB, com sede em João Pessoa, e abrigando ainda os *campi* de Areia e Bananeiras, e a UFCG, com sede em Campina Grande, e abrangendo os *campi* de Patos, Sousa e Cajazeiras (UFPB, 1996).

Essa discussão que permeou a criação da UFCG ocorreu durante o governo do presidente Itamar Franco, o seu Ministro de Planejamento, Murilo Avellar Híngel, tomou posição contrária à formação da IES, mesmo após o MEC ter concedido a autorização. As discussões continuaram no passar dos anos, e em 2002 chegou ao final com a aceitação da criação da UFCG. Isso veio por meio da Lei Federal Nº 10. 419, de 09 de abril de 2002 (BRASIL, 2002), que sancionou a criação dessa nova IES na Paraíba.

No mesmo ano que selou o desmembramento da UFPB e a formação do CFP/UFCG, se instalou nessa cidade a quarta instituição de ensino superior, a Faculdade Santa Maria (FSM), *vide* figura 06. A FSM iniciou suas atividades acadêmicas em 20 de julho do mesmo ano.

Figura 07: Faculdade Santa Maria.



Fonte: Google Maps, 2012.

Atualmente a faculdade Santa Maria oferece onze cursos de nível *lato sensu* – Administração, Arquitetura e Urbanismo, Biomedicina, Enfermagem, Engenharia Civil, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Nutrição, Psicologia e Serviço Social. No âmbito *Stricto sensu*

dispõe dos cursos de: Análises Clínicas, Dermatologia, Terapia Intensiva, Obstétrica, Farmácia Clínica e Dispensação farmacêutica, Farmácia Hospitalar, Fisioterapia Dermatofuncional, Recursos Ciensoiterapeuticos, Gestão de *Marketing*, e Gestão de Pessoas.

Sete anos após a instalação da FSM, foi implantada em Cajazeiras a Faculdade São Francisco da Paraíba (FASP), *vide* figura 06. A FASP começou a funcionar no dia 16 de março de 2009.

Figura 08: Faculdade São Francisco



Fonte: Google Maps, 2012.

A FASP oferece os cursos de graduação em: Administração, Direito, Educação Física, Enfermagem, Farmácia e Nutrição. No âmbito *stricto sensu*, oferece as seguintes especializações: Metodologia do Ensino; Educação Inclusiva; Psicopedagogia Clínica e Institucional; Psicopedagogia Institucional; Ensino de Língua Inglesa e Uso de Novas Tecnologias; Planejamento e Gestão Educacional; Língua, Linguagem e Ensino; e Gestão Estratégica de Pessoas.

A instalação dessas duas últimas IES foi movida pela demanda de estudantes em busca do serviço de ensino superior. Esse fato pode ser depreendido, em função das outras três instituições (CFP/UFCG, IFPB, FAFIC), não oferecer mais vagas para o ingresso de estudantes no ensino de nível superior⁷.

Com isso, as instituições privadas se instalaram em Cajazeiras visando exercer o papel que as públicas não estavam desempenhando. Porém, é pertinente salientar que as instituições públicas atraem as outras, isto é, quando as faculdades de natureza particular se instalam já encontram uma estrutura formada e/ou em formação produzida pela IES estatais. Nessa perspectiva, Santos e Silveira, (2000, apud GUSMÃO, 2008, p. 2), destaca que “A discussão do

⁷ Informação passada pelo professor José Antonio de Albuquerque, lotado na Unidade Acadêmica de Ciências Sociais da UFCG/CFP, em entrevista concedida ao pesquisador em abril de 2015.

mercado novamente se impõe, pois enquanto o setor público pode se instalar nos lugares e esperar pela demanda, o setor privado tende a se alojar nas regiões onde a demanda já existe ou tem uma perspectiva de desenvolver-se, sob a cadência de uma nova oferta”.

Pode-se afirmar que sempre haverá lugar para a oferta de bens e serviços, principalmente onde existe a necessidade anunciada. A educação superior é um exemplo, fundamental à população e de responsabilidade constitucional do poder público, insuficientemente ofertada pelo Estado, assim, abre espaço para que o setor privado, onde percebe a insuficiência do serviço oferecido por parte do Estado, além de ver na óptica de lucro.

Além do CFP, do IFPB, FAFIC, FSM e FASP, atuam na cidade três instituições no formato de Educação à Distância (EAD) – Instituto Superior de Educação e Ciências (ISEC), Universidade Paulista (UNIP), e Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). O ISEC funciona no mesmo prédio que a FASP, oferece o curso de Licenciatura em Pedagogia. A UNIP tem suas atividades integradas ao Colégio e Curso Definição, e a UNOPAR já definiu um quadro de cursos a oferecer, porém, ainda não está funcionando porque mudou de endereço e está se reorganizando. Os cursos oferecidos pela UNIP e UNOPAR até o momento são os seguintes, *vide* quadro 01 e 02, respectivamente.

Posto isso, a educação superior em Cajazeiras se expandiu e continua se ampliando. Uma cidade que viu nascer o ensino superior com poucas condições econômicas, e ainda tendo que superar o pessimismo da própria sociedade local, e hoje se defronta como polo educacional de educação superior.

Quadro 01- Cursos oferecidos à distância pela UNIP

UNIP	Administração	Sociologia
	Artes Visuais	Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	Ciências Biológicas	Gestão da Tecnologia da Informação
	Ciências Contábeis	Gestão de Recursos Humanos
	Ciências Econômicas	Agronegócio
	Geografia	Gestão Ambiental
	História	Gestão Financeira
	Letras/Português	Gestão Hospitalar
	Letras/Inglês	Gestão Pública
	Letras/Espanhol	Logística
	Matemática	Marketing
	Pedagogia	Processos Gerenciais
	Serviço Social	Segurança no Trabalho

Fonte: UNIP, Polo Cajazeiras, 2015.

Quadro 02- Cursos oferecidos à distância pela UNOPAR

UNOPAR	Artes Visuais	Letras/Português
	Ciências Biológicas	Logística
	Ciências Contábeis	Marketing
	Ciências Econômicas	Matemática
	Educação Física	Pedagogia
	Engenharia da Produção	Processos Gerenciais
	Gestão Financeira	Segurança no Trabalho
	Gestão Hospitalar	Serviço Social
	Gestão Pública	Sociologia
	História	Letras

Fonte: E-MEC, 2015.

3 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA A COMPREENSÃO DAS PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES

As discussões sobre cidades pequenas e médias tiveram início na década de 1950, contudo, essas análises ganharam destaque a partir de 1970. Isso porque, as metrópoles e grandes centros urbanos do Brasil se encontravam bastante densos demograficamente, esses fatores contribuíram para o surgimento e o agravamento de vários problemas de ordem social, como desemprego, amálgama urbano, escassez de moradia, violência, periferização, entre outros.

Para mitigar a problemática, o Estado desenvolveu uma política de ordenamento territorial para que as cidades menores se apresentassem como o novo destino da migração nacional, tanto para reduzir o amálgama urbano das metrópoles quanto para incentivar a criação de novos polos de desenvolvimento no território nacional (FRANÇA, 2007).

A iniciativa adotada pelo Brasil foi semelhante à política desenvolvida pela França no decorrer da década de 1970, que teve como princípio desconcentrar a sua população de Paris e povoar outras cidades. Com essa proposta, o governo francês buscou promover o desenvolvimento dos centros de menor expressão e formar uma rede urbana que integrasse Paris ao restante da nação (COSTA, 2002).

A política de ordenamento territorial praticada na França promoveu o desenvolvimento das cidades médias, constituiu uma rede de polos centrais, que articulada com Paris influenciou no crescimento e no progresso dos demais centros urbanos. No Brasil esse processo se materializou de modo inverso, isso porque, o Estado brasileiro incentivou a criação de polos de crescimento, porém, esses avançaram/avançam atraindo investimentos para seu interior, ficando as *pseudo-cidades* (2002), como diria Milton Santos, a margem dessa prosperidade e continuando a depender de serviços mais especializados.

Foi na França que surgiu os primeiros debates acerca da temática cidade média, tais discussões afluíram tanto na esfera social, acadêmica e política. No Brasil esses estudos emergiram no início de 1957 com Pierre Monbeig (MAIA, 2010). Um dos primeiros teóricos no Brasil que se debruçou a investigar essa temática foi Oswaldo B. Amorim Filho (1976), que foi acompanhado por Roberto L. Corrêa (1989), Milton Santos (1993), Paul Singer (1998), Beatriz R. Soares (1999), Maria E. Sposito (2001), dentre outros.

Além de Amorim Filho, outros autores se dedicaram/dedicam ao estudo das médias e também das pequenas cidades, como: Milton Santos e Maria L. Silveira (1972), Maria E. Sposito (2006, 2007, 2009), Doralice S. Maia (2006, 2009), Carlos A. Cardoso e Doralice S. Maia

(2007), Beatriz Ribeiro Soares (2007), Flávia A. de Araújo e Beatriz R. Soares (2009), Carmen B. Sanfeliu (2009).

A média e pequena cidade é objeto de investigação de uma diversidade de intelectuais das Ciências Sociais. Corroborando com isso, Amorim Filho (2007), afirma que a partir de meados da década de 1990, a quantidade de pesquisas publicadas e eventos direcionados para a temática das cidades pequenas e, sobretudo, médias, alcançam um número e uma intensidade tão alta que é praticamente impossível para qualquer pesquisador acompanhar tudo que se faz neste domínio.

3.1 Breve discussão para o entendimento das cidades médias e pequenas

A geografia urbana tem enfrentado sérios desafios para conceituar as cidades, sejam elas pequenas, médias ou grandes. Isso porque, há pesquisadores que utilizam como método de investigação o contingente populacional, outros se apoiam nesse procedimento, porém, incorpora na análise o papel que a cidade desempenha na região, e há outros que criticam as análises que partem desses princípios. Essa discordância infinita acaba por prejudicar o desenvolvimento dos estudos desse objeto, no sentido que não se chegam a um consenso e as novas discussões que surgem remetem ao mesmo ponto de questionamento.

Nesse sentido, como pode ser classificada uma cidade pequena e média? A primeira definição para cidade média foi formulada em 1977, por um professor da Universidade de Paris I, Michel, e nessa definição o autor francês utilizou como parâmetro o dado demográfico. Segundo o mesmo:

A noção de cidade média repousa, primeiramente, e não importa o que se diga, em um critério: o efetivo da população. Desde logo, a discussão, inevitável, e, entretanto vã, trata frequentemente, dos limites extremos que devem ser dados a esta classe de cidades. De acordo com os autores, a categoria cidades médias começa a partir de 20.000, 30.000, ou 50.000 habitantes. Ela acaba a 100.000 ou 200.000 habitantes (MICHEL, 1977, p. 642).

A definição de pequena cidade segue a mesma lógica da média, pautada no contingente populacional. Posto isso, Maia (2010) caracteriza esse conjunto de cidades como sendo aquelas que possuem até 20.000 habitantes, acima desse montante são classificadas como médias e aquelas com mais de 500.000 habitantes são consideradas grandes.

A diversidade de definições existentes para a análise desses dois grupos de cidades causa uma difícil compreensão para o leitor, posto que, ao passo que o investigador busca embasamento teórico para sua produção encontra sérias dificuldades em compreendê-la.

Uma forma que pode ajudar na reflexão dessas análises consiste no fato de tentar entendê-las no tempo e no espaço, isto é, não tentar interpretá-las a partir das condições que se encontram, mas desde sua origem. Nesse sentido, Santos (1993, p. 70), afirma que “[...] O que achávamos de cidade média em 1940/50, naturalmente não é a cidade média dos anos 1970/80”.

Isso corrobora para o entendimento que a cidade é por excelência um sistema particular e instável, que se modifica constantemente, sendo assim, as características que esse objeto possui em um determinado tempo histórico tende a variar em um outro período. Portanto, é necessária uma definição de cidade que contemple cada contexto histórico que se materializa.

Essa transformação espacial pode ser entendida como fruto das mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais que o meio socioespacial experimenta ao longo do tempo. Esse meio passou por intensas transformações ao longo do século XX, como atesta Batella (2013, p. 66):

[...] o período de transição do fordismo para a acumulação flexível marcou uma nova fase desse processo, a divisão territorial do trabalho nas cidades brasileiras se fez notória no aumento da industrialização, da oferta de serviços e do consumo. Diante desse novo quadro de necessidades e possibilidades, as cidades em geral passam por transformações que vão impactar na estruturação da rede urbana.

Nesse sentido, as cidades vão se transformando, adquirindo e desempenhando novos papéis, influenciadas pela lógica do sistema econômico dominante, e seus espaços urbano se encontram impregnado de técnicas e serviços especializados que condizem com a atual estrutura contemporânea.

3.1.1 Pequena Cidade

Tratar da temática pequena cidade nos dias atuais trata-se de uma tarefa árdua. Essa dificuldade consiste no fato de não se saber ao certo se o pesquisador está lidando com um termo, conceito ou classificação. A respeito disso, Brunet (1997 apud SPOSITO, 2008, p. 21), salienta que “nunca é cômodo tratar de um objeto real não identificado”.

Nesse sentido, se irá trabalhar com a denominação “classificação”, pelo fato da maioria das análises gerais sobre esse assunto (livros, artigos científicos, dissertações, teses, dentre outras

referências bibliográficas), utilizarem como critério de estudo, dados quantitativos, e, ao passo que se escolhe trabalhar com números, o objeto em investigação se aproxima mais de um enquadramento classificatório do que mesmo de uma terminologia ou definição.

Segundo Gomes (2014) ao discutir a pequena cidade na Geografia Urbana é fundamental ter consciência de que sua compreensão teórica sucede com a evolução histórica do conhecimento e sua conceituação está sujeita a questionamentos, acréscimos e modificações.

Milton Santos ao tratar dessa temática, prefere utilizar o termo cidades locais, ao invés de pequenas cidades, apesar dessa expressão ser mais abordada na literatura científica, aborda o autor. Contudo, Santos prefere trabalhar com o primeiro termo, por uma série de motivos, dentre esses estão o critério demográfico. Segundo o autor, “Aceitar um número mínimo, como o fizeram diversos países e também as Nações Unidas, para caracterizar diferentes tipos de cidade no mundo inteiro, é incorrer no perigo de uma generalização perigosa”. (SANTOS, 1982, p. 69-70).

Ainda segundo Santos, as cidades locais se referem ao seguinte:

[...] se refere aos aglomerados populacionais com uma dimensão mínima, que deixam de servir às necessidades inadiáveis da população com verdadeiras especializações do espaço e que apresentam um crescimento autossustentado e um domínio territorial respondendo as necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma população, função esta que implica em uma vida de relações (idem, 1982, p. 71).

Nesse sentido, as cidades locais, apresentada por Milton Santos, seria aquelas que não apresentam uma diversidade de atividades especializadas, como indústrias, ensino superior, bens e serviços, lazer e que suas ações ligadas ao campo não apresentam equipamentos modernos. Além do mais, os centros locais não oferecem serviços especializados, ofertam apenas produtos básicos para suprir as necessidades de sua população local.

Segundo Pereira (1987) as cidades locais desempenham um papel importante como local de reprodução da força de trabalho, sem se tornarem o *locus* da produção para o mercado local. Elas abrigariam uma população que acabara de chegar do campo. Com a ampliação demográfica, tais centros tenderiam a se equipar para atender a demanda crescente de novos habitantes, sendo esses em sua maioria constituídos de baixa renda.

A autora continua sua análise enfatizando que se “os pequenos centros não ampliarem e diversificarem suas atividades, como comércio, prestação de serviços, dentre outros, podem se empobrecer e se tornarem incapazes de reter a própria população” (PEREIRA, 1987, p. 167).

As cidades pequenas tem dificuldade de segurar sua população pelo fato de não oferecer uma diversidade de atividades que possa assegurar seus habitantes. Os únicos meios de empregabilidade que a oferece são oriundos do setor primário e secundário, e ainda assim é um campo restrito. Ausente de emprego, tais centros acabam perdendo uma parcela de seus moradores, constituída em boa parte de jovens para cidades ou regiões que oferecem boas oportunidades de emprego. Nesse sentido, a região Sudeste e Sul do país continuam a ser o principal destino.

Para corroborar com a análise, Silva et al. (2009, p. 63), aponta as características da pequena cidade como sendo:

[...] uma realidade expressa numa divisão social do trabalho de maneira simples, mantendo uma vinculação com o setor primário – agricultura de subsistência e pecuária –, uma vez que essas cidades, sedes administrativas dos municípios, têm uma economia que se expressa em atividades terciárias que são, na maioria das vezes, de pouca qualificação. Em alguns desses municípios podemos encontrar a agricultura irrigada.

Outra característica desse grupo de cidades é não apresentar homogeneidade nem consistência nos ritmos de crescimento, salva-se algumas exceções. Quando um determinado serviço se instala no seu território, acaba atraindo a sua população interiorana e de áreas adjacentes, o que motiva a migração é os novos serviços oferecidos, “mas mesmo assim demonstra uma organização caótica do seu espaço interno e precárias condições de urbanismo” (PEREIRA, 1987, p. 160).

Outros autores também corroboram com as ideias de Santos (1982), entre eles Silva, et al (2009) e Maia (2010). Maia (op. cit.), enfatiza que as cidades pequenas, sobretudo, as da região Nordeste apresenta uma forte relação campo-cidade, revelada na economia municipal. A agricultura e a pecuária aparecem como os principais componentes econômicos, por outro lado a oferta de bens e serviços é incipiente, acompanhado de um comércio bastante restrito. Na óptica de Silva, et al (op. cit. p. 93), esse grupo de cidades apresenta “uma economia frágil e gira quase que exclusivamente em torno dos recursos oriundo do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)”.

Ainda em relação aos centros pequenos do Nordeste, Clementino (1996 apud QUEIROZ, 2013, p. 23), destaca que esses municípios “não possuem base econômica agrícola ou industrial que lhes favoreça na geração de emprego e renda ou que lhes propicie uma base tributável própria para reduzir sua dependência da União”. Um dos únicos meios de renda existentes nesses locais é a das receitas governamentais constitucionais - o FPM.

Milton Santos ao analisar esse grupo de cidades foi além dos dados demográficos, não ficou refém desse critério como outros. O autor enfatizou que “[...] as séries estatísticas são miragens” (SANTOS, 1993, p. 70). Nos seus estudos o mesmo procurou analisar esse objeto a partir das suas características, funções e complementaridade que desempenham na rede urbana.

Portanto não é pertinente analisar um grupo de cidades de forma idêntica, pois cada espaço urbano tem suas singularidades, ritmos e escala, isto é, cada município se apresenta de uma forma diferenciada. Tentar compreender uma cidade a luz da outra é incorrer no erro, já que cada centro é diferente do outro (SANTOS, 1993).

Apropriando-se da ideia de Santos, Corrêa (1999) também opta por utilizar outra denominação para se referir à pequena cidade. As nomenclaturas que Corrêa adotou para referi-las foram as seguintes: pequenos centros; pequeno lugar central; ou pequenos núcleos. Para esse autor, a cidade pequena seria aquele núcleo urbano que comporta um contingente populacional abaixo de 50.000 habitantes.

Apesar de Corrêa se apoiar bastante nos dados demográficos para realizar suas investigações, este autor contribuiu significativamente com as reflexões desse tema que se articula com a nova fase da economia globalizada que modificou a pequena cidade e injetou uma nova roupagem funcional. Conforme o mesmo:

A partir de novas atividades, induzidas de fora ou criadas internamente, que conferem uma especialização produtiva ao núcleo preexistentes, inserindo-o diferentemente na rede urbana, introduzindo nela uma mais complexa divisão territorial do trabalho. As especializações produtivas, por outro lado, conferem aos núcleos urbanos uma singularidade funcional, entendida como característica que são simultaneamente de diferenciação no âmbito da economia global e de interação a esta na mesma economia. A centralidade, ao que tudo indica, pode ser ampliada (CORRÊA, 1999, p. 50).

A análise realizada por Corrêa leva a entender que determinados centros urbanos ao receber a instalação de serviços especializados no seu território, seja público ou privado, eleva o seu grau de especialização, e com isso, passam a oferecer serviços mais complexos aos pequenos centros. Esse processo resulta na criação de uma cidade polo.

Os dados de contingente populacional apresenta uma importância para quaisquer estudo, como da temática aqui abordada, entretanto, não é aconselhável utilizá-la como único critério de análise, há outros métodos que se aliado ao demográfico podem produzir uma observação mais acurada. Nessa perspectiva, Wanderley (2001, s/p) ao estudar cidades do estado de Pernambuco se utilizou de critérios variados para classificá-las, os métodos utilizados foram os seguintes: “a)

o exercício das funções propriamente urbanas; b) a intensidade do processo de urbanização; c) a presença do mundo rural; d) o modo de vida dominante; e) a dinâmica da sociabilidade local”.

Corroborando com Wanderley, Melo (apud GOMES, 2014, p. 32), no que se refere à utilização isolada de critérios quantitativos, alerta para o fato de que:

[...] a quantidade populacional da área urbana ou densidade demográfica, pode encobrir conteúdos centrais da realidade socioespacial, como características relacionadas ao modo de vida, as relações de produção no campo, as funções desempenhadas pelas cidades para a sua população e entorno; a existência de equipamentos; se os núcleos exercem o papel de estabelecer intermediação com outros segmentos mais complexos do sistema urbano, entre outras.

Em suma as reflexões em torno das cidades permeiam vários critérios, como o quantitativo e o qualitativo. Para tanto, fica evidenciado que é possível trabalhar com métodos qualitativos ao lado do estatístico, isso contribui para a realização de uma discussão mais abrangente.

3.1.2. Uma análise teórica acerca da Média Cidade

O termo cidade média é empregado quando tratada no Brasil. A terminologia para o tratamento desse grupo de cidades varia de acordo com o lugar. Os pesquisadores latino-americanos (exceto os brasileiros), preferem utilizar a denominação *ciudades intermedias*. A diferença de termos não gira em torno apenas da grafia como atesta Pulido (apud Conte, 2013) esta denominação surgiu na França com o objetivo de diferenciar um tipo particularmente dinâmico de cidades médias.

O termo *ciudades intermedias* para os latino-americanos e média para os brasileiros veio substituir o de *ciudad media*, termo que era largamente utilizado na literatura científica da Geografia Urbana até o início da década de 1980, após este período, foi perdendo espaço para o de *ciudades intermedias* ou simplesmente cidades médias.

A substituição *ciudad media* por *ciudades intermedias* aconteceu em virtude de considerarem o primeiro termo rígido e inerte. A partir da empregabilidade da nova expressão, três variáveis foram adicionadas para analisar e caracterizar as cidades médias, as três variáveis foram:

Añaden la idea de que el potencial e importancia de la ciudad no dependen tanto de su talla demográfica como del modo en que esta se articula con el

resto de elementos del sistema: la capacidad de crear relaciones y tejer una red, así como las características de las mismas;

Dan valor e introducen aspectos más dinámicos y estratégicos que incorporan nuevas posibilidades para autoafirmación, el reforzamiento de la ciudad-región y la apertura/consolidación a otros niveles: regional, nacional e, incluso, internacional;

Suponen la substitución del sentido estático y notablemente jerarquizado que otorgaban las teorías más clásicas al concepto de sistemas urbano por una nueva idea más abierta, dinámica e interactiva⁸ (BELLET et. al., 2009 apud CONTE, 2013, p. 53).

Verifica-se que cada país utiliza um termo para se referir as cidades de grandeza média. Além disso, percebe-se que o critério demográfico sozinho não é capaz de explicar a complexidade funcional presente na cidade. A ruptura do termo *ciudad media* para *ciudades intermedias* veio justamente suprir a carência conceitual do antigo termo, visto que aquela expressão era limitada e baseava-se em dados puramente quantitativos, o que dava uma ideia de repouso. Ao perceberem que o caminho para a compreensão desse grupo de cidades vai além de descrições numéricas, introduziram noções visando dar uma maior consistência à análise urbana.

Interpretando “a cidade como fruto da ação da produção humana por excelência, e inevitavelmente complexa, não podendo ser de forma alguma simplista, unívoca, fechada” (SEIXAS, 2013, p. 28). Concebendo a cidade dessa forma, seria um erro encará-la e compreendê-la se amparando unicamente em dados estatísticos, onde alguma das vezes a dimensão numérica maqueia a realidade.

Como no Brasil a terminologia utilizada para referirem-se as cidades de estrutura mediana é “cidade média”, Corrêa (2007) afirma que a noção ou provável definição desse grupo de centros advém de uma construção intelectual, portanto, sendo um conceito histórico-geográfico.

Percebida nessa perspectiva, a cidade média no Brasil ganhou importância a partir de uma política de ordenamento territorial (verificar nota de rodapé de número 9). A partir dessa política esse grupo de cidades passou a oferecer determinados serviços para atrair a população das grandes cidades e metrópoles. Segundo Amorim Filho e Serra (2001) as cidades médias no

⁸ **Tradução:** Adicionar a ideia de que o potencial e a importância da cidade não dependem de seu tamanho populacional e a forma como este é estruturado com outros elementos do sistema: a capacidade de construir relacionamentos e uma rede de trabalho e recursos do mesmo;

É pertinente introduzir aspectos mais dinâmicos e estratégicos que incorporem novas possibilidades de autoafirmação, fortalecendo a cidade-região e a abertura/consolidação de outros níveis: nível regional, nacional e até mesmo internacional;

Envolvendo a substituição de sentido hierárquico extremamente estático e que deu as teorias clássicas o conceito de sistemas urbanos por uma nova ideia aberta, mais interativa e dinâmica.

contexto atual, se apresentam como um corredor, interagindo com as grandes e pequenas cidades, bem como o meio rural.

Foi a partir de dois contextos históricos do Brasil sucedidos ao longo da década de 1970 que as cidades médias iniciaram seu processo de crescimento e desenvolvimento: o primeiro aconteceu com a descentralização de serviços e pessoas; o outro, na política pública que permeou o desenvolvimento e o ajuste desses centros urbanos. Após esse contexto de mudanças, as cidades médias passaram a exercer outros papéis, como aponta Conte (2013, p. 49):

Durante a primeira política urbana do programa⁹, as cidades médias foram conceituadas como aquelas cidades que, considerando a sua posição geográfica, população, importância socioeconômica e função dentro da hierarquia urbana da macrorregião e do país, constituíam-se em centros de grande valor estratégico no que concerne ao desenvolvimento regional, e também para uma rede urbana mais equilibrada no que envolvesse política de organização territorial. Já na segunda política urbana, o conceito de cidades médias foi baseado nas funções de desconcentração e dinamização.

Portanto, as cidades médias se configuram como um objeto mutável que vai se modificando a medida que novos processos vão se materializando no espaço geográfico. Esses processos são frutos da dinamização econômica, social, cultural e política, tendo como mola propulsora a globalização e os meios técnico-científicos informacionais. Nesse sentido, Batella (2013, p. 32) comprova que:

[...] As transformações conduzidas a partir das mudanças no capitalismo contemporâneo, em suas variadas e cada vez mais complexas escalas de realização, têm produzido como não poderia deixar de ser, mudanças nos fluxos demográficos e demandas por novos espaços de produção e consumo, somados a uma gama de fatores, modificaram/modificam a rede urbana no mundo e no Brasil inteiro, [...] particularmente as cidades médias [...].

No que se refere ao modo como são estudadas, variam de acordo com a metodologia utilizada por cada autor ou órgão de pesquisa. Destarte, Amorim Filho e Serra (2001) consideram como uma média cidade, o grupo de municípios com população urbana entre 50 e 500 mil habitantes.

Segundo França (2011) a Organização das Nações Unidas (ONU) considera entre 100 mil e 1 milhão de habitantes. A exemplo da ONU, o IBGE também define como cidades desse porte as que comportam um contingente populacional em torno de 100 mil e 1 milhão de pessoas.

⁹ Programa da Política de Desenvolvimento Urbano – II PND, criada no último governo do regime militar, presidido por João Figueiredo (1979-1985). Essa política teve como objetivo desconcentrar a população brasileira das grandes cidades e metrópoles e encaminhar para as médias cidades, e assim, contribuir para seu desenvolvimento.

Entretanto, o contingente populacional não é o único critério a ser utilizado para classificar um centro urbano, há outros métodos que podem ser úteis para analisar esse conjunto de cidades, como sua “funcionalidade urbana, sua localização e inserção regional, as trocas comerciais que elas estabelecem com outros municípios, bem como a influência que exercem na sua região” (FRANÇA, et. al., 2011, p. 57).

Corroborando com França et al, (2011), Maia (2010, p. 23), afirma que:

A noção de cidade média corresponde aos centros urbanos que apresentam uma concentração e centralização econômica expressiva, provadas pela confluência do sistema de transporte, podendo ser reconfiguradas pela incorporação de novas atividades do setor agropecuário que, por sua vez, redefinem a indústria, o comércio e os serviços. No quadro urbano brasileiro, as cidades consideradas médias, apesar de apresentarem semelhanças, revelam diferenças tanto em sua estrutura como em sua dinâmica.

Em vista disso, o contingente populacional sozinho não é capaz de explicar a realidade de uma cidade, no sentido que o dado quantitativo é expresso de forma absoluta, não abre espaço para contestações. Além do mais, ao estabelecer um número mínimo e máximo de habitantes para classificar uma cidade, automaticamente todas aquelas que comportarem o mesmo número se enquadram naquele grupo conceitual, mesmo que não sejam. Isso torna as análises homogêneas, além de impedir que se possa realizar uma abordagem a partir das particularidades e complementaridades existentes na cidade.

Nesse sentido, Souza (2013) ressalta que as cidades não são todas iguais, cada uma apresenta alguma(s) diferenças em relação a outras, o máximo que podem apresentar de semelhança são similaridades em determinados setores. Outro equívoco encontrado no método do contingente populacional é o de apontar que toda cidade a partir de 100 mil habitantes seja média.

Como enfatizado anteriormente, as cidades médias demonstraram um crescimento a partir de 1970. Tal ampliação se intensificou ainda mais nesse início de século XXI. A tabela 01 mostra o crescimento populacional das cidades médias de acordo com os censos demográficos do IBGE de 2000 e 2010.

Tabela 01. Número de Municípios e densidade populacional nos censos de 2000/2010, segundo as classes de tamanho da população

Número de Habitantes	Número de Municípios	
	Censo 2000	Censo 2010
50.000 a 500.000	494	570
500.000 a 1.000.000	18	23

Fonte: Censo Demográfico – IBGE, 2010.

A tabela 01 mostra que no censo demográfico de 2000 havia 494 municípios com população urbana entre 50.000 a 500.000 habitantes¹⁰, dez anos depois, no censo de 2010 o número de centros urbanos que contavam com população igual chegava a 570, aumento de 76 municípios nesse intervalo de tempo. As cidades com contingente populacional entre 500.000 e 1.000.000¹¹ censo de 2000 somavam-se 18, já no censo de 2010 o número de centros urbanos com essa mesma faixa a ser de 23.

Em termos percentuais, o aumento registrado no número de cidades com população inferior a 50.000 e 500.000 habitantes do censo de 2000 para o de 2010 foi de 29,17%. Já as que apresentavam um número de habitantes entre 500.000 e 1.000.000 entre os censos, o aumento foi de 24,85%. Isso demonstra que, até 2010 29,17% da população brasileira residia em cidades com população superior a 50.000 e inferior a 500.000, e 24,85% em centros urbanos com população entre 500.000 e 1.000.000. Portanto, se somar os dois conjuntos de médias cidades supracitadas, tem-se 54,02% da população brasileira vivendo nesses locais.

O acréscimo populacional que esse conjunto de cidades tem alcançado é fruto de um processo dinâmico e complexo materializado ao longo das últimas décadas, como reflexo da oferta de serviços ligados ao setor primário, secundário e do setor terciário. Com isso, as médias cidades tem se tornado um *locus* atrativo, como afirma Conte (2013, p. 57):

[...] o acréscimo populacional das cidades médias, assim como a maior participação que elas têm exercido na economia nacional, confirma a sua importância na atualidade. Estas cidades apresentam-se enquanto *locus* de atração de considerável número de migrantes provenientes do campo e de pequenas cidades, atraem também a população que resolve sair dos grandes centros com intuito de encontrar melhores condições de vida, ou até mesmo retornar a sua cidade de origem.

Portanto, o que pode definir de fato o que é uma cidade são as funções que desempenha na sua região. Porém, os dados populacionais exerce uma importância relevante para o estudo das cidades, por meio dos dados quantitativos é possível mensurar a capacidade de produção de um centro urbano, e ordená-los na rede urbana. Se conciliar o método quantitativo ao qualitativo, é possível que se possa esclarecer se estamos diante de uma terminologia, classificação ou conceito.

¹⁰ As cidades que apresentam uma faixa de população superior a 50.000 e inferior 500. 000 habitantes são consideradas médias cidades, segundo Oswaldo Amorim Filho e Rodrigo Valente Serra (2001).

¹¹ Já a ONU e o IBGE consideram como cidades médias aquelas que apresentam um contingente populacional entre 500.000 e 1.000.000 de pessoas.

3.2 Cajazeiras na hierarquia urbana da Paraíba

Cajazeiras está localizada na mesorregião do sertão paraibano e na microrregião de Cajazeiras. Foi elevada à condição de cidade em 10 de julho de 1876 por meio da lei provincial nº 616 (IBGE, 2015). Antes da elevação a município já apresentava uma posição de destaque no Alto Sertão da Paraíba.

Em 1914 Cajazeiras foi escolhida para ser sede da Diocese regional, isso contribuiu bastante para que esta cidade passasse a ser vista com potencial de crescimento e como polo de desenvolvimento da região. Este município ganhou maior relevância a partir da década de 1960 com a instauração da FESC e posteriormente a FAFIC. Foi a partir da inserção do Ensino Superior que este centro urbano aflorou, se destacando na esfera política e econômica no Sertão do estado.

Impulsionada pela presença do ensino superior, Cajazeiras passou a atrair investimentos e outros serviços para seu território, notadamente uma unidade hospitalar de saúde – o Hospital Regional de Cajazeiras (HRC), contribuindo para sua importância também nesse setor, além da inserção de unidades de serviços públicos e privados como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – PB, Departamento de Estradas e Rodagens (DER) – PB, Nona Gerência Regional de Educação e Saúde, Posto Regional de Polícia Civil e Militar, Corpo de bombeiros, Tribunal Regional Eleitoral (TRE) – PB, Procuradoria Geral da União, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), entre outros órgãos públicos.

Quanto a estabelecimentos comerciais, Cajazeiras dispõe de comércio de atacado e varejo significativo, com diversas distribuidoras espalhadas em diversos níveis, uma grande quantidade de supermercados que atrai consumidores da microrregião de Cajazeiras, e de partes das regiões Sudeste e Sudoeste do Ceará e Rio Grande do Norte, respectivamente, onde cada um abriga um quadro de funcionários que chega até 60 pessoas. Os principais supermercados desta cidade constam no quadro 03.

Quadro 03- Principais Supermercados da cidade de Cajazeiras

Araújo Supermer.	Melo Supermer.	Mer. e frig. Brasil	Mer. e frig. Luís
Mer. São Geraldo	Mer. São José	Mer. Eudarly	Multbank
Primor Super.	Rangel Super.	Super. Brasil	Super. Cajazeiras
Super. das Palmeiras	Super. do Povo		

Fonte: CDL- Cajazeiras, 2015.

Além desses estabelecimentos mostrados no quadro 03, a cidade conta com a presença de um mini *shopping center*, o *Cajazeiras shopping*. Nesse local se encontra estabelecimentos variados que vai desde praças de alimentação com restaurantes de culinária nacional a internacional, supermercados, escritórios e consultórios médicos, farmácias, livrarias, lojas de calçados, roupas, eletrodomésticos e eletrônicos; serviços de educação particular e órgãos públicos que lá funcionam.

Cajazeiras também conta com a presença de bancos público e privados, como o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal – CEF, Banco do Nordeste, Bradesco, Itaú, Santander, Pague Seguro. É sede de uma das quatro garagens da empresa rodoviária (Guanabara). Conta com a presença de quatro concessionárias de automóveis em seus domínios – a *Dical Fiat, Ford, Chevrolet, e Renault*. Além das de motos, como a *Honda, Suzuki, Yamaha, Sundaw* motos. E conta com uma diversidade de lojas franquizadas em diferentes setores, instaladas em vários pontos da cidade. O quadro 04 apresenta algumas das franquias existentes em Cajazeiras.

Quadro 04- Principais franquias que atuam em Cajazeiras – PB

Principais Franquias existentes em Cajazeiras			
<i>AM PM Mini Market</i>	Boticário	Cacau Show	CCAA
Colchões Ortobom	Correios	CVC	Óticas Diniz
<i>Subway</i>	<i>Wizard</i>	Rommanel	

Fonte: Estudo Direto de Campo, 2015.

Conforme pode-se observar nos quadros 03 e 04 há estabelecimentos de pequeno médio e grande porte em atividade em Cajazeiras, essas casas comerciais são responsáveis por atrair um grande número de pessoas para a cidade polo, bem como de outras regiões circunvizinhas, promovendo intenso fluxo de pessoas que procuram ter acesso aos produtos comercializados por essas instituições de âmbito nacional e internacional.

O setor terciário, formado pelo comércio e serviços, ao lado das receitas governamentais institucionais – FPM, são responsáveis por movimentar a economia local. Segundo o IBGE (2010), o setor terciário é o domínio econômico que mais gera renda na cidade, superior ao primário e secundário.

Destarte, Cajazeiras tem atraído cada vez mais a instalação de empreendimentos que geram lucros. A partir dessas empresas a cidade tem atraído muitos sujeitos interessados em adquirir produtos de maior diversidade e qualidade, como também de empresários seduzidos em

implantar negócios na cidade, percebendo que o comércio local tem se ampliado e se encontra em aquecimento.

Tanto o comércio tradicional, como o novo modelo de mercado global – as franquias, sobretudo, geram altas receitas (dependendo do ritmo de consumo), e, são responsáveis por impulsionar o crescimento econômico de centros urbanos sub-regionais e de cidades medianas. Nesse sentido, Ribeiro, et al (2011, p. 09) afirmam que o “*Franchising*”¹² é avaliado como uma excelente ferramenta de expansão dos negócios para as empresas que pretendem “acessar o mercado” de maneira estruturada e efetiva”.

A partir da instalação do setor de ensino superior, Cajazeiras ampliou seu mercado e sua atuação regional. Para analisar e melhor compreender posição de Cajazeiras na hierarquia urbana regional, será realizada uma análise nas quatro REGICs¹³ – 1972, 1987, 2000 e 2007 produzidas pelo IBGE para examinar a posição de Cajazeiras na hierarquia urbana estadual em cada um dos períodos citados, visto que esse documento começou a ser produzido em fins da década de 1960.

A primeira edição do REGIC teve início no ano de 1966, sendo publicado em 1972. Para verificar a posição e a centralidade que cada centro urbano desempenhara na sua região, o IBGE na primeira edição desse estudo dividiu as cidades em sete níveis urbanos, o primeiro era constituído por um só nível, a partir do segundo, cada nível subdividia-se em A e B. Os sete níveis foram: 1º nível; 2º nível – A e B; 3º nível – A e B; e 4º nível – A e B.

Na REGIC de 1972 Cajazeiras foi classificada como um centro urbano de terceiro nível A. As cidades que foram enquadradas nesse grupo referem-se aqueles municípios que mantêm relacionamentos entre 50 a 160 cidades dentro da sua área de influência. E que distribuem bens e serviços à economia e à população e concentração de fluxos agrícolas (IBGE, 1972).

No REGIC de 1972 Cajazeiras foi apontada como uma cidade polo no Sertão da Paraíba, polarizando 16 municípios. A centralidade exercida extrapolava a divisa estadual, chegando a atuar na região sudeste do Ceará e sudoeste do Rio Grande do Norte. As cidades que eram polarizadas por Cajazeiras no final da década de 1960 e início da de 1970, no que se referem bens e serviços são as seguintes, (quadro 05).

¹² Termo em inglês que traduzido para a língua portuguesa significa franquia.

¹³ Regiões de Influência das Cidades – são documentos produzidos pelo IBGE para conferir a posição hierárquica das cidades e seu poder de concentração.

Quadro 05- Cidades polarizadas por Cajazeiras, 1972

Estado	Estado	Estado
Municípios	Municípios	Municípios
Ceará	Paraíba	Rio Grande do Norte
Baixio	Antenor Navarro ¹⁴	Luiz Gomes
Barro	Bom Jesus	Paraná
Ipaumirim	Bonito de Santa Fé	-----
Umarí	Cachoeira dos Índios	-----
-----	Carrapateira	-----
-----	Monte Horebe	-----
-----	Santa Helena	-----
-----	São José de Piranhas	-----
-----	Triunfo	-----
-----	Uiraúna	-----

Fonte: REGIC, 1972

O fator que contribuiu para Cajazeiras ser posicionada como polo de centralidade na região do Alto Sertão da Paraíba, e em partes do Ceará e do Rio Grande do Norte, foi à oferta de educação superior e por ser a única cidade da região a dispor de serviços especializados.

Além disso, Cajazeiras era rota comercial na produção e comercialização do algodão. No período mercantil esta cidade era ponto de passagem dessa mercadoria em dois sentidos: quando o algodão tinha como destino Campina Grande; e outro quando o produto vinha desta última cidade e tinha como destino final Mossoró – RN. Nos dias atuais a posição geográfica de Cajazeiras, aliado a um novo ciclo econômico, permite o movimento de outras mercadorias, além de pessoas, informações, capital e serviço (DANTAS e CLEMENTINO, 2013).

Na segunda edição da REGIC que começou a ser produzida em 1978 e foi publicada em 1987, Cajazeiras foi classificada como um centro sub-regional. A metodologia utilizada pelo IBGE para classificar as cidades desse grupo foi à estrutura de comércio atacadista e outras representações oferecidas. Além do comércio atacadista, o IBGE utilizou como parâmetro outras variáveis como, as condições de vida da população, se os habitantes desfrutavam do uso de equipamentos eletrônicos em seus domicílios, além de veículos para se locomover, equipamentos médico-hospitalares, entre outros (Idem, 1987).

Na REGIC de 1987 houve alterações nos municípios polarizados por Cajazeiras. O quadro 06 apresenta as cidades polarizadas por Cajazeiras segundo a REGIC de 1987.

¹⁴ Antenor Navarro é atualmente reconhecido como São João do Rio do Peixe, esse município passou a ser chamado de Antenor Navarro em 1932 em homenagem ao líder político paraibano na Revolução de 1930 – Antenor de França Navarro. Este referido município voltou a se chamar São João do Rio Peixe a partir de 1989 com a promulgação da Constituição de 1988.

Quadro 06- Cidades polarizadas por Cajazeiras, 1987

Estado	Estado
Ceará	Paraíba
Município	Município
Ipaumirim	Antenor Navarro
Lavras da Mangabeira	Bom Jesus
-----	Cachoeira dos Índios
-----	Monte Horebe
-----	Santa Helena
-----	São José de Piranhas
-----	Triunfo

Fonte: REGIC, 1987

Conforme o quadro 06, o número de cidades que se relacionavam com Cajazeiras na REGIC de 1972 eram (dezesseis). Nesse sentido, houve um decréscimo de sete municípios em relação ao estudo de 1987, assim, o número de centros que continuaram suas relações ligadas a Cajazeiras passou de dezesseis para nove. Além disso, no REGIC de 1972, Cajazeiras centralizava municípios do Rio Grande do Norte, já nesse a cidade não apresenta relações com municípios potiguar.

Essa mudança é fruto da mudança de metodologia adotada pelo IBGE para classificar estes centros na hierarquia urbana nacional. Assim, cidades que anteriormente se relacionavam com o município cajazeirense presenciou um crescimento na sua economia e passou de polarizado a polarizador, esse fenômeno ocorreu com a cidade de Conceição – PB, que no REGIC de 1972, estava centralizada a Patos, no de 1987 passou a ser um centro polarizador e aglutinou para si a cidade de Bonito de Santa Fé – PB, que anteriormente estava sob polarização de Cajazeiras.

O que também contribuiu para que as cidades polarizadas por Cajazeiras na REGIC de 1972 passassem a manter maiores relações com outros centros urbanos foi à construção de infraestruturas, como ampliação comercial dos novos centros receptores, construção de infraestrutura rodoviária que permitiu melhorar o acesso e ser mais próximas que Cajazeiras.

Esse fenômeno aconteceu com as cidades do Baixo, Umari e Barro – CE que no REGIC - 1972 estavam polarizadas por Cajazeiras, no de 1987 passou a se relacionar com maior intensidade com o Icó, Juazeiro do Norte e Crato – CE, respectivamente. Tal processo ocorreu semelhantemente com Luiz Gomes – RN, Paraná – RN e Uiraúna – PB, que anteriormente se relacionavam com Cajazeiras, porém, no estudo de 1987 passaram a interagir em maior grau com Sousa – PB. Ao passo que algumas cidades que eram centralizadas por Cajazeiras passaram

para a região de Juazeiro do Norte e Crato, o município cajazeirense promoveu influência com Lavras da Mangabeira – CE, que no estudo de 1972 se encontrava sob a influência de Juazeiro do Norte e Crato.

Esse processo dinâmico verificado na REGIC de 1987 persistiu nos outros dois estudos. A terceira edição do estudo das Regiões de Influência das Cidades começou a ser produzido em 1993 e foi publicado no ano de 2000. Nesse estudo Cajazeiras foi classificada como um centro de nível Médio Forte, as cidades distribuídas nesse grupo referem-se aos centros urbanos de condição sub-regional. Em termos de grandeza, são municípios que estão inseridos entre uma pequena e média cidade. O quadro 07 apresenta as cidades que se relacionavam com Cajazeiras, conforme o estudo de 1993.

Quadro 07- Cidades influenciadas por Cajazeiras, 1993

Estado	Estado
Ceará	Paraíba
Município	Município
Ipaumirim	Bom Jesus
Lavras da Mangabeira	Bonito de Santa Fé
-----	Cachoeira dos Índios
-----	Carrapateira
-----	Conceição
-----	Ibiara
-----	Monte Horebe
-----	Santa Helena
-----	Santana de Mangueira
-----	São João do Rio do Peixe
-----	São José de Piranhas
-----	Triunfo

Fonte: REGIC, 2000

O quadro 07 mostra que houve alterações nas cidades polarizadas por Cajazeiras nesse estudo, a exemplo do anterior. Centros urbanos que não apresentavam intensas relações com o município cajazeirense nas análises anteriores passaram a ser polarizados por Cajazeiras, como Conceição, Ibiara e Santana de Mangueira, essas três últimas mantinham suas atividades mais ligadas a Região de Patos – PB. Outros que no primeiro e segundo estudo haviam deixado de manter relações tão próximas voltaram a ser polarizadas por Cajazeiras, como Bonito de Santa Fé e Carrapateira – PB.

O último estudo das Regiões de Influência das cidades, REGIC de 2007, teve como objetivo ampliar a análise dos estudos publicados anteriormente, mas com a responsabilidade de preservar a essência produzida nas abordagens de 1972, 1987 e 2000, e utilizando os dados

anteriores como base para a fomentação de um estudo mais amplo e totalizador da rede urbana brasileira da segunda metade dos anos 2000 (FORTES, 2007).

Nesse estudo, o IBGE utilizou como parâmetro à delimitação das áreas de atuação. Além disso, para os “fins de classificação dos centros urbanos, privilegiou-se a função da gestão do território, avaliando os níveis de centralidade do Poder Executivo e do judiciário em nível federal, de centralidade empresarial, e a presença de diferentes equipamentos e serviços” (REGIC, 2007, p. 11).

Posto isso, Cajazeiras foi classificada como um centro sub-regional de nível A. Como forma de agrupamento dessas cidades, o IBGE respaldou-se no contingente populacional. Dessa forma, os centros classificados como sub-regionais referem-se aos que detinham uma população próxima a 95.000 habitantes, e que mantinham até então 112 relacionamentos com outras cidades.

Os centros que mantinham relações intensas com Cajazeiras segundo o estudo da REGIC de 2007 eram; *vide* quadro 08.

Quadro 08- Cidades polarizadas por Cajazeiras, 2007

Estado	Estado
Ceará	Paraíba
Município	Município
Baixio	Bom Jesus
Ipaumirim	Bonito de Santa Fé
-----	Cachoeira dos Índios
-----	Carrapateira
-----	Conceição
-----	Monte Horebe
-----	Poço de José de Moura
-----	São João do Rio do Peixe
-----	São José de Piranhas
-----	Serra Grande
-----	Triunfo

Fonte: REGIC, 2007.

Conforme o quadro 08 apresenta, duas novas cidades passaram a manter relações econômicas, sociais e políticas com Cajazeiras – Poço de José de Moura¹⁵ e Serra Grande – PB. Até o estudo das Regiões de Influência das cidades de 2000 essa última era polarizada por Itaporanga, que por sua vez havia sido classificada nos estudos anteriores como um centro de quarto nível A, ou Centro de Zona.

¹⁵ Poço de José de Moura é uma cidade que se localiza na microrregião de Cajazeiras. Foi distrito de São João do Rio do Peixe até 29 de abril de 1994, a partir de então foi elevada a condição de cidade através da lei estadual 5.914 de 1994 (IBGE).

A cidade do Baixo – CE que no REGIC de 1972 era polarizada por Cajazeiras, voltou a ser centralizada pelo município cajazeirense nesse último estudo. Já que no REGIC de 1987 e 2000 a cidade do interior cearense estava sob influência do Icó – CE. Esse que havia sido classificado nos estudos da REGIC como Centro de Zona e como Centro de nível Fraco em 1987 e 2000, respectivamente.

Ao passo que Cajazeiras recuperou a centralidade sobre a cidade do Baixo, perdeu a de Lavras da Mangabeira, que passou a manter relações mais intensas com as cidades de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha – CE. Essas três últimas classificadas como Capital Regional de Nível C no REGIC de 2007.

Ao analisar a classificação de Cajazeiras ao longo dos quatro estudos das Regiões de Influências das Cidades (1972, 1987, 2000 e 2007), percebe-se que a mesma detinha um nível de polarização mais acentuada no primeiro estudo – REGIC 1972, na qual polarizava regiões de dois estados vizinhos - Ceará e Rio Grande do Norte. A partir do segundo estudo, Cajazeiras perdeu a centralidade dos municípios potiguar, de alguns municípios paraibanos e cearenses.

Essas mudanças de relações são frutos de uma intensa dinâmica de produção econômica, aonde outras cidades vão ganhando destaque na micro escala regional, passando a oferecer comércio mais amplo, serviços mais complexos, e com isso passa a gerar renda, e atraem a população dos municípios adjacentes que veem melhores oportunidades nos novos centros. Nesse sentido, Sposito chama a atenção para a ideia da centralidade:

A centralidade urbana pode ser abordada em duas escalas territoriais: a intra-urbana e a da rede urbana. No primeiro nível é possível enfocar as diferentes formas de expressão dessa centralidade tomando como referência o território da cidade ou da aglomeração urbana, a partir de seu centro ou centros. No segundo nível a análise toma como referência a cidade ou aglomeração urbana principal em relação ao conjunto de cidades de uma rede, essa por sua vez podendo ser vista em diferentes escalas e formas de articulação e configuração, de maneira a que se possam compreender os papéis da cidade central (SPÓSITO, 1993, p. 27).

Assim, cidades como Uiraúna – PB, Rafael Fernandes – RN e Barro – CE, por exemplo, passaram a manter relações mais estreitas com novos centros de atuação, tais como Pau dos Ferros – RN, Sousa – PB e Brejo Santo – CE. Mesmo esses municípios não realizando troca de serviços diretamente com Cajazeiras, mas os realizam de forma indireta através do consumo de serviço de educação, saúde, lazer e comércio.

Cajazeiras exerce uma grande importância na raia divisória que abrange parte do Sertão da Paraíba, Sudeste do Ceará e Sudoeste do Rio Grande do Norte na oferta de bens e serviços.

Ademais, é *locus* de fluxos regulares de mercadorias, pessoas e informações, comunicando-se com as metrópoles regionais, Fortaleza – CE e Recife – PE. Com Campina Grande – PB (considerada a segunda maior cidade da Paraíba em termos econômicos), e com a capital estadual, João Pessoa – PB.

Conforme o estudo das Regiões de Influência das Cidades de 2007, Cajazeiras polarizava onze municípios paraibanos e dois cearenses. Entretanto, esta cidade mantém relações na esfera comercial, educacional, de saúde, e, em outros serviços com uma quantidade maior de centros urbanos do que somente estes apresentados pelo IBGE ao longo dos quatro estudos das REGICs, (examinar mapa 02). Cajazeiras atrai mercadorias, pessoas e informações que advém de várias microrregiões paraibanas, da região Sudeste do Ceará e da Sudoeste do Rio Grande do Norte, centralizando diversas cidades, a partir da sua oferta de serviços (Ver Mapa 02).

Classificada como um centro sub-regional pelo IBGE, Cajazeiras adquiriu mais impulso para alcançar essa posição a partir da década de 1970 com a instalação do ensino superior. Visto que antes da inserção desta atividade, Cajazeiras já assumia destaque econômico na área que compreende Alto Sertão da Paraíba, Sudeste do Ceará e Sudoeste do Rio Grande do Norte. Porém, seu crescimento e sua influência se intensificou nos anos 2000 com a criação de novas instituições, e com a ampliação das instalações das já existentes, esse processo permitiu a criação de uma rede urbana regional compreendida entre partes do Estado da Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte.

A metodologia utilizada para a produção do mapa da figura 09 consistiu em analisar as cidades que mantêm contato com Cajazeiras, isto, é que usufruem e dependem dos serviços ofertados por este centro urbano, no que diz respeito educação superior, saúde e comércio. Nesse sentido, foi realizada entrevistas e coleta de dados e informações junto a estes três setores de serviços supracitados, com o intuito de conhecer os municípios que tem elevada relação com Cajazeiras para ter acesso aos serviços. Posteriormente foi tabulado os resultados obtidos na coleta, e produzido o mapa 02 com as cidades que mais se relacionam com Cajazeiras a partir do setor de educação superior, saúde e comércio.



4 POLARIZAÇÃO REGIONAL E O SETOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Para compreender a dinâmica de crescimento e desenvolvimento de uma determinada porção territorial, é primordial realizar uma análise acerca das abordagens e teorias que tratam desta temática. Posto isso, será apresentada uma discussão a respeito da origem, da difusão e dos diversos conceitos sobre polos de crescimento e desenvolvimento, também entendido como núcleos centrais urbanos, a partir da óptica de autores que se debruçaram/debruçam ao estudo desta temática em foco.

Segundo Velho (1967) a primeira análise sobre centralidades surgiu em 1921, a partir do sociólogo Max Weber, em um escrito semanal que discutia a natureza das cidades, o documento foi posteriormente publicado na coletânea organizada por Otávio Velho. Para Weber, para tratar do objeto “cidade”, é necessário acrescentar a existência de um intercâmbio.

A integração apontada pelo autor teria o caráter de regular mercadorias ofertadas localmente, como elemento essencial tanto à atividade lucrativa, como para abastecer sua população. Porém, nem todo mercado transforma a localidade em cidade, da mesma forma que nem todo “local de mercado” é uma cidade, entretanto, todo centro é um local de mercado, onde se materializa as trocas comerciais.

Doze anos após a publicação do escrito de Weber, Christaller em 1933 injeta uma contribuição importante para o desenvolvimento desta temática, introduzindo o conceito de localidade central. Dessa forma, toda cidade na óptica geoeconômica é uma localidade central, de nível maior ou menor de acordo com seu poder de atuação. O nível de atuação é medido a partir da quantidade de bens e serviços ofertados, que por sua vez atrai consumidores de localidades próximas, de regiões inteiras, e dependendo da especialização do serviço é capaz de seduzir compradores de uma nação ou mais nações (SOUZA, 2013).

As cidades locais e mediadoras de mercadorias não surgiram uniformemente no globo, as primeiras se constituíram na Europa posteriormente nos países subdesenvolvidos. Os centros urbanos que apresentasse crescimento e desenvolvimento econômico satisfatório seriam considerados os *lócus* de polarização.

Segundo Lacoste (apud OLIVEIRA, 1970, p. 112), existem dois tipos de centros de polarização: “os polos de subdesenvolvimento - que crescem sem beneficiar a região para eles centralizada. E os polos de desenvolvimento, referem-se aos centros dinâmicos, que crescem e prosperam a região núcleo ao que está inserido”.

As primeiras centralidades surgiram na Europa e datam da Idade Moderna. Formaram-se da desintegração do sistema feudal, e na conseqüente constituição dos Estados Nacionais, assim,

as cidades que eram sedes de governo nacional ou provincial tornaram-se centros político-social e obtiveram um relativo crescimento com a construção de estradas. Mediante esse processo, passaram a controlar as localidades menores, porém, esses centros não atingiam 20.000 habitantes (OLIVEIRA, 1970).

Foi a partir das navegações marítimas, com o desenvolvimento do comércio voltado para produtos tropicais, como ouro e prata, e mais tarde com o advento da Revolução Industrial que permitiu melhorar o sistema de transportes – século XVIII, que as localidades centrais tenderam a expandir-se territorialmente e ampliar o número de habitantes.

Posto isso, cidades da Europa Ocidental, como Amsterdã na Holanda e Bordeaux na França foram se constituindo com o objetivo de atender às necessidades da região ao qual se encontravam incluídas, posterior a isso, abriram seus mercados para o exterior (OLIVEIRA, 1970).

No Brasil esse processo realizou-se de modo inverso, isso porque, o país não tinha nenhum núcleo urbano quando os primeiros colonizadores (portugueses) chegaram a essa terra que mais tarde se chamara Brasil. Foram os portugueses que criaram os primeiros núcleos urbanos desse país, como: Olinda e Ilhéus – PE, Porto Seguro – BA, Vitória – ES, São Vicente e Santos – São Paulo, e as cidades de Salvador – BA e Rio de Janeiro.

Os primeiros núcleos formados no Brasil tinham a função de armazenar os produtos coletados pelos portugueses na colônia, como o pau-brasil, por exemplo. Após esse primeiro processo, embarcavam as mercadorias para a metrópole – Portugal. Com essa prática de exploração, Portugal acumulou muitas riquezas do Brasil, enquanto esse tardou a se desenvolver economicamente.

Os primeiros centros de mercado no Brasil surgiram no século XVI, com a cultura de produtos tropicais, notadamente o açúcar em Pernambuco e na Bahia, o café no Rio de Janeiro e São Paulo nos primeiros anos do século XIX. E atividades mineradoras, como o ouro em Minas Gerais no século XVIII, e a borracha na Amazônia no século XIX. Essas atividades permitiram a formação de regiões especulativas, entretanto, as regiões eram distantes umas das outras, o que dificultava as trocas comerciais.

Conforme Oliveira (1970) o isolamento dessas áreas em relação às outras fez com que o geógrafo francês Bernard Kayser (1943), as chamasse de bacias urbanas. As localidades centrais que apresentavam um grau de desenvolvimento superior às demais da mesma região ficaram responsáveis por polarizar aquela área. Nesse sentido, Belém tornou-se o centro polarizador da região amazônica, Recife e Salvador de largas porções do Nordeste, Rio de Janeiro e São Paulo de boa parte do Sudeste.

Atualmente as localidades centrais desempenham um papel fundamental para o crescimento econômico das cidades e dos Estados-Nações. Esse crescimento é fruto do alto consumo realizado por parte da sociedade local, regional, nacional e até internacional (dependendo do nível de serviços oferecidos pelo centro), além da troca de mercadorias. Este conjunto de fatores contribui para a movimentação do capital, e corresponde com a atual lógica das cidades, pautadas numa integração uma com as outras formando as chamadas redes urbanas.

Corroborando com a afirmação Corrêa (2011) aponta que é através da rede hierarquizada de localidades centrais que se dá o processo de distribuição varejista e de serviços num território amplo e sob o domínio do capitalismo. A articulação entre mercado e serviços tem como resultado a produção de bens e serviços para o consumo da população.

A distribuição do varejo e da prestação de serviços se direciona para cidades menores e para o interior dos centros urbanos, para que o fluxo do capital se materialize, isto é, que o capital flua, não se concentre numa só área, e que os centros maiores possam ampliar seus mercados consumidores.

Nesse sentido, Corrêa (2011, p. 24), salienta que “[...] a rede de localidades centrais cumpre simultaneamente dois papéis que são complementares: de um lado constitui-se um meio para o processo de acumulação capitalista, de outro, constitui-se em um meio para a reprodução das classes sociais”.

Nos países subdesenvolvidos a rede de localidades centrais vai se organizar mediante uma rede dendrítica. Mas o que vem a ser uma rede dendrítica? Apoiando-se em Corrêa (2001), essa rede pode ser entendida a partir de três pilares: o primeiro é que sua origem remete ao período colonial e imperial, isto é, nasceu da valorização dos territórios conquistados pelos europeus. Onde os colonizadores construíam uma cidade junto ao mar, cuja função era servir de entrada e saída para a colônia, isto é, para facilitar o escoamento dos produtos extraídos da colônia e transportá-los para a metrópole.

Em segundo lugar, a rede dendrítica caracteriza-se por apresentar uma variedade de pequenos centros, pequenos pontos de venda de mercadorias que não apresentam produtos diferenciados em relação aos outros pontos. Isso resulta de uma população local que não demanda por produtos sofisticados e que não busca outros mercados, e se não buscam é porque param em obstáculos, como, por exemplo, o centro que reside está distante do centro maior, ausência de infraestruturas como estradas e transportes que deem acesso aos centros urbanos maiores.

E a terceira característica que marca esse tipo de rede é a ausência de um centro intermediário, ou seja, a inexistência de um centro médio, que realize a mediação de trocas de mercadorias, serviços e outros bens entre a pequena cidade, a grande e a metrópole.

“A rede dendrítica de localidades centrais pode evoluir, passando de um sistema imaturo com poucos níveis hierárquicos, para uma rede madura, onde apresentam diferentes camadas sociais e uma cidade primaz” mercantis (KELLEY, 1976 apud CORRÊA, 2011, p. 49). Ou seja, uma localidade central que absorve a maior parte do comércio atacadista exportador e importador, que concentra a maior parte da renda que gira na região, e tem em seus domínios as elites fundiárias. Em linhas gerais, se trata de uma hierarquia urbana, na qual comanda as áreas do seu entorno e os municípios com menor diversidade de atividades econômicas. Além disso, abriga fluxos regulares de mercadorias, pessoas e informações.

O arranjo espacial que influencia na rede de localidades centrais dos países subdesenvolvidos são os dois circuitos da economia urbana. De acordo com Santos (2009) o circuito superior atua diretamente na modernização tecnológica. O essencial das relações do circuito superior é pelo fato de não ser controlado dentro da cidade ou de sua região de influência, e sim no interior da estrutura dos Estados-Nacionais. Já o circuito inferior é formado por atividades de pequena escala, servindo, principalmente, à população pobre; ao contrário do que ocorre no circuito superior, essas atividades estão profundamente implantadas no interior da cidade, usufruindo de um relacionamento privilegiado com a sua região.

A diferença entre o circuito superior e o inferior dentro da economia urbana se apresenta mediante as relações de poder e as transações de mercadorias. O circuito superior atua numa rede globalizada, onde um produto fabricado no interior do Brasil tende a ser exportado e consumido por sujeitos de outras nações, isto é, não é produzido para abastecer o mercado interno.

Já o circuito inferior tem uma característica oposta, os produtos que são fabricados em uma determinada região, no Nordeste brasileiro, por exemplo, visa, *a priori*, abastecer toda a região, posteriormente passa a expandir o mercado para outras regiões. Nessa perspectiva, pode ser citada a atividade agropecuária e a agricultura de subsistência, onde a primeira visa atender o mercado externo, seria o circuito superior, e a agricultura de subsistência – o circuito inferior, essa última abastece normalmente o mercado local.

Apesar de o circuito inferior mostrar uma independência em relação ao outro, esse depende do circuito superior no que diz respeito o acesso aos produtos mais especializados. Tomando como exemplo a discussão do parágrafo anterior, a agricultura de subsistência é a responsável por abastecer o mercado local, porém, os meios de produção utilizados para a realização dessa atividade é “primitiva”, se for comparado com as atividades do agronegócio.

Para o desenvolvimento de um cultivo agrícola na base familiar, às vezes é necessário produtos que possam ajudar no seu desenvolvimento, nesse quesito os pequenos produtores necessitarão de invenções do outro circuito para aplicar na sua lavoura, pelo fato que a rede superior produz ferramentas sofisticadas, impregnadas de técnicas e conhecimentos para atuar em circunstâncias necessárias, algo que não se verifica no inferior. A partir do exposto, percebe-se que há uma interdependência entre ambos os circuitos.

“O circuito superior inclui bancos, comércio de exportação, importação e atacadista, indústria urbana, e serviços modernos” (SANTOS, 2009, p. 47-48). O mercado de atacado ligam os dois circuitos, isto é, opera no topo do inferior. Este último é formado por diferentes tipos de pequeno comércio, a partir da produção de bens manufaturados de capital não intensivo, que por sua vez são constituídos em grande parte por peças de artesanato, e elementos não modernos.

Os dois circuitos atuam na economia urbana dos países subdesenvolvidos, pode-se interpretar dessa forma porque existem atividades pertencentes aos dois sistemas operando na estrutura econômica de nações com economia emergente e periférica. As duas redes se apresentam imbuídos nessas áreas e são acessados por todas as camadas sociais.

Em suma, a rede de centros urbanos dos países subdesenvolvidos ganha uma dimensão política. Isso é resultado do consumo da população que contribui para o processo de reprodução das relações sociais e de trabalho, que interessa aos agentes hegemônicos e ao próprio Estado. Este por sua vez, se apresenta como um aparelho ideológico atuando em duas vertentes: de um lado convencendo a população a consumir o discurso simbólico e mercantil dos grandes empresários; do outro alegando que é de sua inteira responsabilidade defender e dispor dos direitos ao bem-estar da sociedade.

Esta é uma análise que está além da paisagem visível, apalpável, só pode ser depreendida através de uma leitura que ultrapasse os aspectos físicos, as aparências, essas que estão impregnadas nos discursos. Assim, é necessário investigar os atores e os interesses que estão por trás dessa “cortina” discursiva.

4.1 A polarização regional exercida por Cajazeiras a partir do setor de ensino: um destaque para o ensino superior

O ensino superior tem destaque relevante em Cajazeiras, constitui-se como uma mola propulsora para a intensificação das relações interurbanas regionais e para a diversificação da economia local. Diariamente Cajazeiras recebe um acentuado fluxo de pessoas que se deslocam

de pequenos municípios e centros emergentes da região do Alto Sertão da Paraíba, de parte do Sudeste do Ceará e Sudoeste do Rio Grande do Norte.

Segundo Endlich (2009, p. 27) a compreensão acerca “das pequenas cidades deve partir de uma relação entre essas com o restante da rede urbana. Além disso, é necessário compreender as dinâmicas dessas localidades na sua complexidade onde envolvem interação e movimento constante”. Portanto, essa é a base técnica para a apreensão e o entendimento da rede urbana e dos diversos fluxos que nela se materializam.

É pertinente ressaltar que a atração exercida por Cajazeiras no Alto Sertão da Paraíba, bem como em outras microrregiões do Nordeste e de outras unidades da federação, no que tange ao serviço de educação superior, é reflexo da infraestrutura que a cidade dispõe nesse setor. O município conta atualmente com cinco IES – sendo duas públicas federais (UFCG e IFPB), e três privadas (FAFIC, FSM e FASP). O IFPB, Santa Maria e São Francisco se localizam na zona Leste da cidade, enquanto que a FAFIC e UFCG/CFP localizam-se no centro e na zona Norte, respectivamente. A localização das referidas instituições pode ser visualizada na ilustração 07.

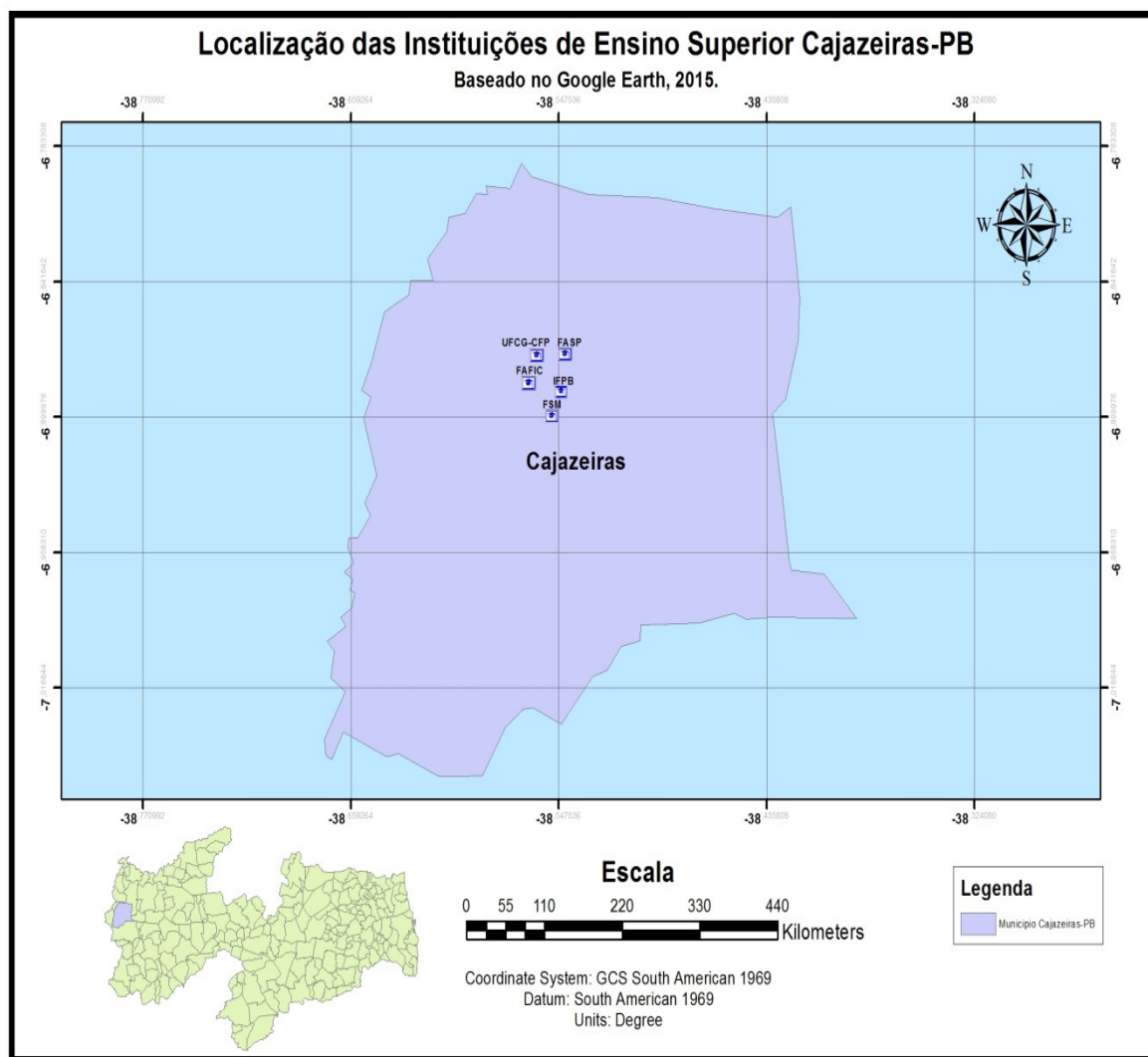
Além das instituições presenciais, representadas no mapa 03, também opera em Cajazeiras três instituições nos moldes EAD, que funcionam associadas com outros estabelecimentos, por não possuírem prédios próprios. Dentre as IES no formato EAD, tem-se a UNOPAR, UNIP e ISEC.

Com exceção da FAFIC, IFPB e o antigo *campus* V da UFPB, as demais faculdades IES que se instalaram em Cajazeiras, foi entre os anos de 2000 a 2010. Revelando, assim, que foi nesse período supracitado que houve uma expansão significativa do ensino superior, fruto de demandas de consumo cada vez mais crescente por qualificação profissional.

Além do mais, a oferta e a dinamização do ensino superior contribuem para intensificar o movimento pendular realizado por estudantes universitários provenientes da Região de Influência de Ensino Superior de Cajazeiras, e de outras localidades do Nordeste e do país inteiro.

É grande a demanda de estudantes pelo serviço de ensino superior oferecido por Cajazeiras, como pode ser constatada na figura 08. A influência que essa cidade exerce na oferta de educação superior é ampla, não ficando restrita a atrair discentes apenas de sua região, mas absorvendo de quase todo o território nordestino bem como de outros estados da federação brasileira. Isso vem comprovar a polarização regional exercida por Cajazeiras, e consequentemente, seu papel de polo universitário.

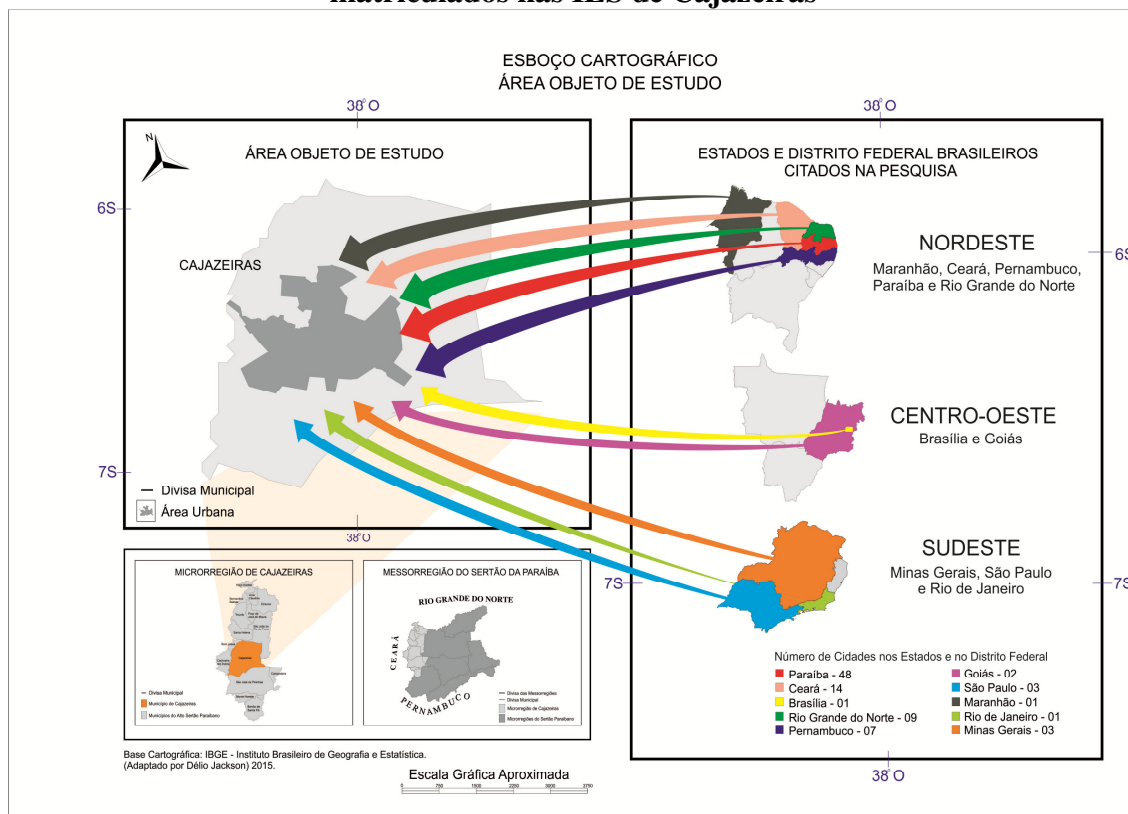
Figura 10: Localização das IES em Cajazeiras – PB



Fonte: Baseado no Google Earth, 2015, elaborado por Joaquim Alves da C. Filho; Lucas A. de Figueiredo.

A figura 08, mostra os estados onde há alunos desses locais matriculados nas Instituições de Ensino Superior de Cajazeiras. No total há 10 estados de todas as regiões da federação brasileira, exceto a Sul, vinculados as cinco IES de Cajazeiras. Na distribuição de discentes por municípios, há estudantes de 89 cidades diferentes espalhadas pelas regiões Centro-Oeste, Nordeste, Norte e Sudeste estudando em Cajazeiras.

Figura 11: Fluxos e a quantidade de municípios que tem estudantes provenientes desses, matriculados nas IES de Cajazeiras



Fonte: Base Cartográfica: IBGE;

Autor: Délio Jackson (2015).

* Na figura 08, as setas de direcionamento das regiões de origem dos estudantes para Cajazeiras, as que apresentam uma largura maior são as áreas com maior número de discentes matriculados nas IES cajazeirense. Dessa forma, à medida que vai diminuindo a amplitude das setas, é porque o número de estudantes daquela determinada região é menor.

A figura 08 apresenta a origem municipal dos discentes que realizam seus movimentos de fluxos em direção a Cajazeiras, em busca do serviço de ensino superior. Tais fluxos são de origem pendular, isto é, os movimentos realizados diariamente pelos discentes que residem em municípios cuja distância até Cajazeiras permitem ir e voltar diariamente. Além desse, há os fluxos realizados por estudantes de áreas longínquas, nesse caso, os educandos dessa categoria fixam moradia na cidade de Cajazeiras durante o período das aulas.

Além disso, o que se verifica em Cajazeiras é que o setor de ensino superior tem promovido e complementado a econômica local, movimentando e estimulando outros setores locais, como o comércio, sobretudo. E contribuindo para o surgimento de outras atividades de grande relevância para o crescimento e o desenvolvimento econômico, social e cultural.

Diante disso, é pertinente inferir que as IES são capazes de criar novas dinâmicas econômicas, sociais e culturais nos centros urbanos nas quais se instalam. Nesse sentido, Henrique (2011, p. 01), considera que:

A compreensão do papel das universidades como agentes da (re) estruturação urbana e das cidades torna-se importante, tanto em razão do volume de recursos financeiros movimentados quanto pela modificação de dinâmicas intraurbanas (moradia, circulação, usos, etc.), e do cotidiano dos moradores.

Foi a partir da inserção dessa atividade que Cajazeiras começou a se destacar regionalmente, verificando uma ampliação na sua economia, demografia e na malha urbana, notadamente a partir da década de 1970. Portanto, a educação superior presente nessa cidade foi a responsável por impulsionar e diversificar a economia cajazeirense, além de ter contribuído para a consolidação do município como polo comercial, de saúde e, principalmente, de educação em todo o Alto Sertão Paraibano. Corroborando com essa afirmação, Chagas Amaro¹⁶, afirma que:

“É inegável que Cajazeiras atualmente é uma cidade de referência em todo o Alto Sertão paraibano. Essa cidade referência começa a meu ver a partir do momento que passou a oferecer os primeiros cursos de ensino superior no Alto Sertão paraibano, a partir daí a cidade começou a crescer e não parou mais”.

Ademais, este setor tem provocado o crescimento urbano local, a ampliação é fruto da expansão do ensino superior, tendo em vista que foi a partir de 1990 que este serviço começou a ganhar espaço na cidade e, se consolidando de fato a partir dos anos 2000, e passou a gerar novos fluxos, ações, investimentos e dinamicidade na economia cajazeirense. Nesse sentido, Edval Rolim¹⁷, ressalta que:

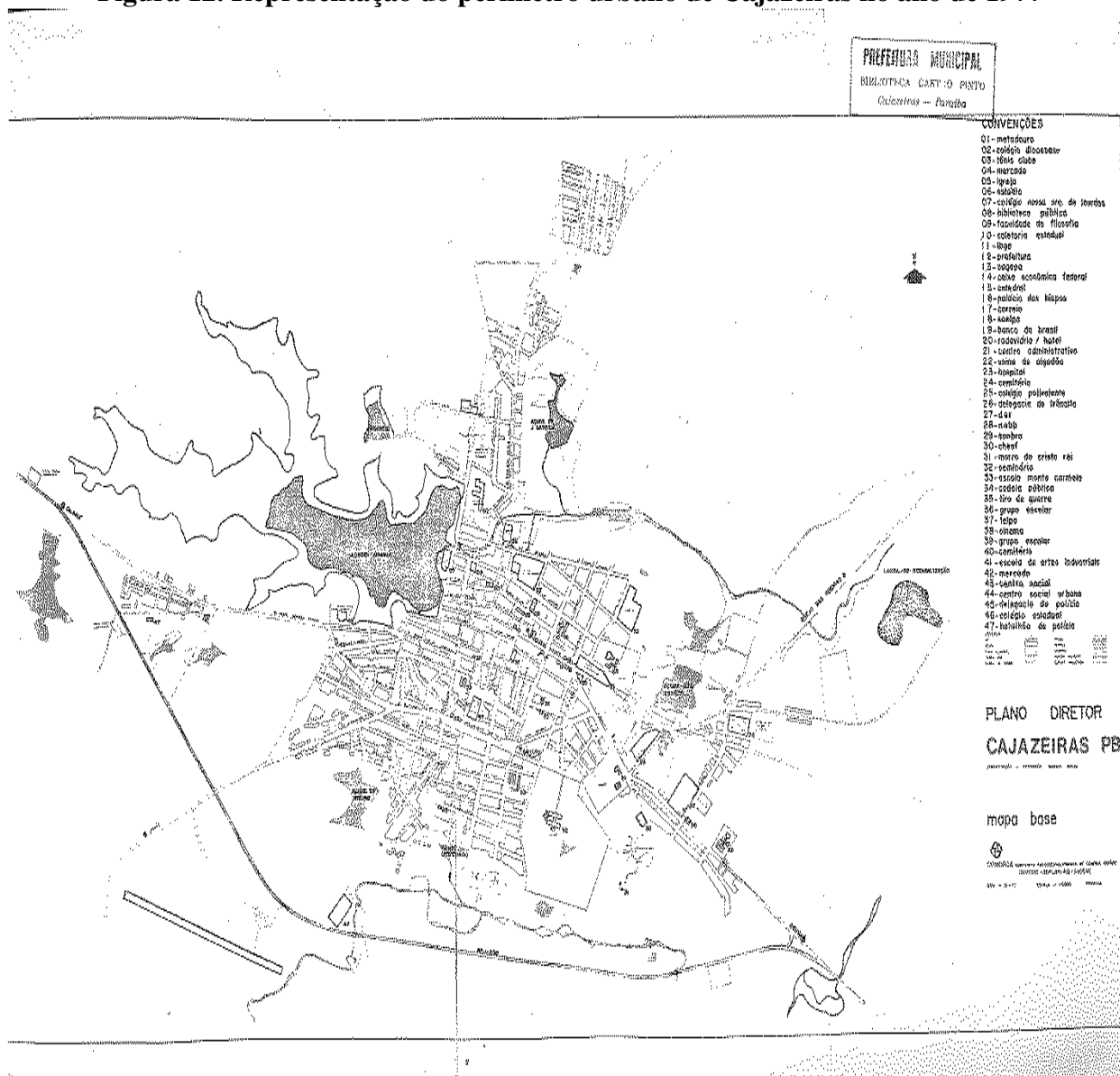
“A expansão das IES tem provocado o aumento no fluxo de pessoas, especialmente estudantes, para nossa cidade. Essa migração aumentou a procura de imóveis, tanto para compra, como para locação, principalmente. O crescente setor de ensino superior atrai uma população visitante que avalia o potencial da cidade e fazem investimentos na compra de prédios comerciais e residências”.

Nesse sentido, se realizar uma comparação do perímetro urbano cajazeirense da década de 1970, quando houve a instalação do serviço de ensino superior, para o ano de 2015, onde esta atividade já se encontra consolidada e estruturada, a conclusão é que houve uma expansão acentuada do espaço urbano local. Essa diferenciação temporal pode ser percebida nas ilustrações a seguir.

¹⁶ Chagas Amaro – Professor aposentado do curso de História do CFP/UFCG. Atualmente exerce a função de jornalista na rádio local – Difusora de Cajazeiras, entrevista prestada em Junho de 2015.

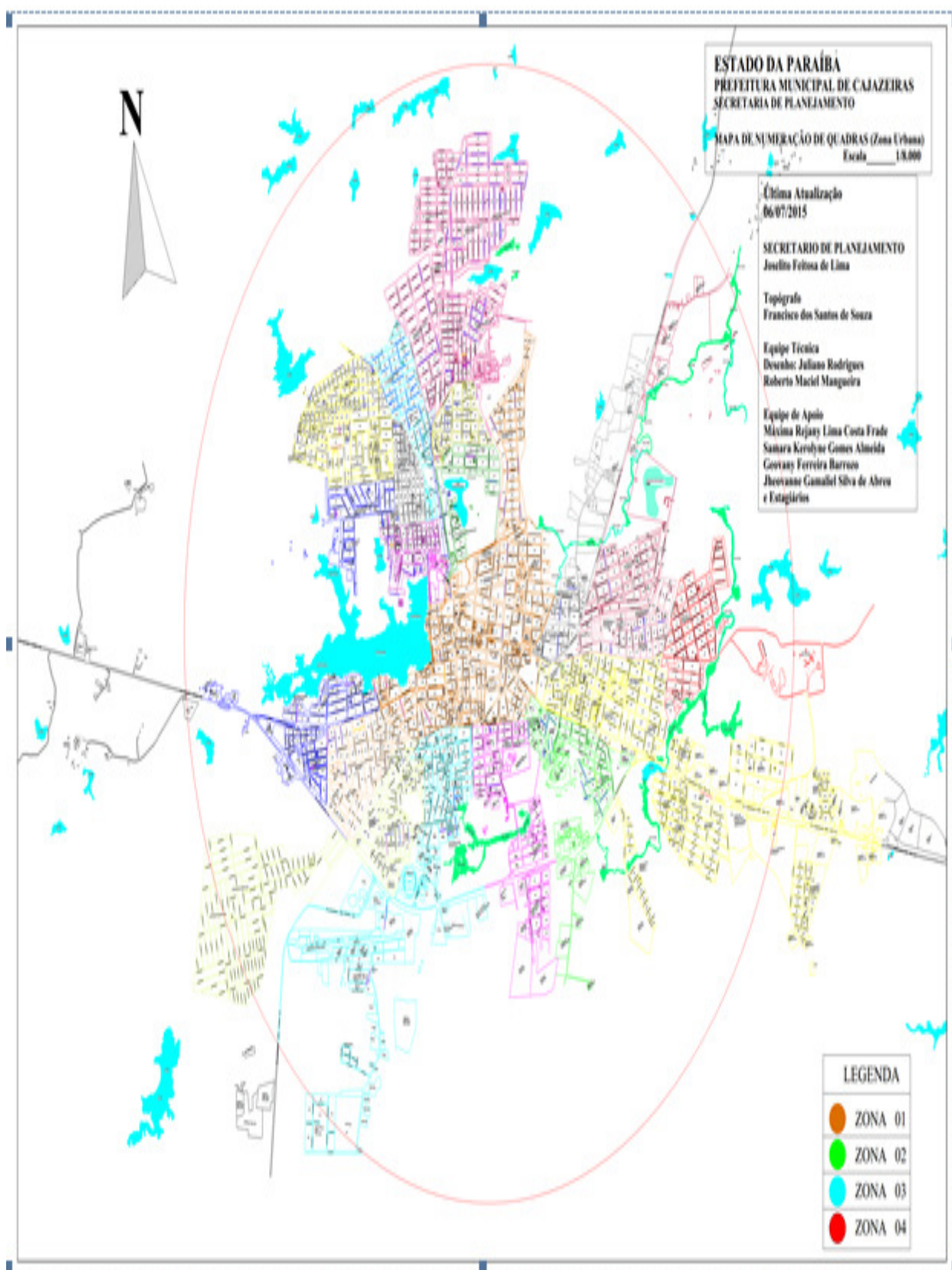
¹⁷ Corretor de imóveis de Cajazeiras - PB, entrevista prestada em Julho de 2015.

Figura 12. Representação do perímetro urbano de Cajazeiras no ano de 1977



Fonte: Prefeitura Municipal de Cajazeiras, Plano Diretor Municipal (1977).

Figura 13. Representação do perímetro urbano de Cajazeiras no ano de 2015



Fonte: Prefeitura Municipal de Cajazeiras (2015).

A partir da análise das figuras 09 e 10, fica evidente o quanto a malha urbana de Cajazeiras se espalhou ao longo desses trinta e oito anos. Conforme mostra a figura representada na figura 09, a área urbana da cidade se concentrava e restringia-se ao seu centro, diferentemente do que se percebe na figura 10, onde se verifica uma área urbana mais densa, distribuída, com uma notável expansão mais no sentido Norte, Oeste e Leste, não ficando retida apenas ao centro.

Entretanto, se analisar minuciosamente a figura 10, percebe-se muitos vazios urbanos, uma cidade se expandindo de forma descontínua. Crescendo sem planejamento, com a ausência de instrumentos de fiscalização, sem controle por parte dos agentes de produção do espaço urbano local e Estado.

Além disso, o que se constata nesses espaços vazios, não somente em Cajazeiras, mas em quase todas as cidades de países subdesenvolvidos é a apropriação desses domínios por parte de agentes imobiliários, onde compram ou mesmo loteiam e deixam se valorizar com o tempo, tornando-se objetos de especulação, para que um dia, ao alcançar o valor esperado pelos proprietários se convertam em “loteamentos populares ou condomínios de alto *status*, dependendo de sua localização” (SOUZA, 2013, p. 28).

Portanto, os vazios urbanos apresentam essas particularidades de apreensão e compreensão, pelo fato que podem se tratar de crescimento desordenado, porém, ao mesmo tempo podem aludir a áreas particulares que não podem ser tocadas, exceto pelo estado, que na maioria das vezes se omite diante do capital privado, e o resultado são centros urbanos com crescimento descontínuo e escassez de moradia.

Destarte isso, Cajazeiras vivenciou o seu maior crescimento urbano a partir dos anos 2000, em virtude do processo de expansão e interiorização do ensino superior público e privado e, sobretudo, em detrimento da instalação da Faculdade Santa Maria e da São Francisco. Segundo Crispim Coelho¹⁸:

“A partir dos anos 2000 houve um crescimento significativo na procura de imóveis e consequentemente uma elevação no preço e na quantidade dos mesmos. Com a instalação dessas faculdades, o setor imobiliário passou por um “boom”, e assim, constatamos a construção de novos loteamentos na cidade, elevando, portanto, a especulação imobiliária”.

O aumento no número de loteamentos, imóveis construídos e a procura para compra ou aluguel se devem ao aumento do número de instituições presentes na cidade bem como de cursos em funcionamento, isso atrai muitos estudantes, professores e demais funcionários atraídos pelo serviço, diante isso, a demanda por residências tende a aumentar.

¹⁸Engenheiro civil, construtor de imóveis em Cajazeiras - PB, entrevista prestada em julho de 2015.

É em razão de sua ampla rede e estrutura no setor de ensino superior, que Cajazeiras atrai um elevado número de pessoas interessadas neste serviço. A grande quantidade de fluxos, deslocamentos e fixos existentes na cidade vem a comprovar a centralidade que Cajazeiras exerce no Alto Sertão paraibano, e em partes do estado cearense e potiguar.

O ensino superior tem sido indubitavelmente uma das principais atividades responsável pelo crescimento urbano, e por diversificar a economia local. Ademais, tal atração exercida por Cajazeiras tem promovido uma reestruturação econômica, social, cultural e espacial, sobretudo, à medida que o espaço urbano do município torna-se cada vez mais dinâmico, e, se adaptando a necessidade de reprodução do capital, tendo o público universitário como os sujeitos que mais contribuem e alavancam a economia desse município.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O panorama apresentado neste estudo mostrou que o ensino superior no âmbito nacional surgiu como bem privado, seu acesso era restrito apenas a classe dominante da época – período colonial. O ensino superior desde sua implantação, em 1808, até os dias atuais passou por muitas transformações, transformações que foram influenciadas pelos vários modelos políticos e econômicos constituintes ao longo do tempo no Brasil.

Um fato que marcou a história da educação superior nesse país e que precisou de muitos anos para romper em partes com essa prática, foi o incentivo a educação superior privada, tal característica perdurou até o ano de 2002, com o último mandato presidencial de FHC.

O serviço de educação de nível superior no país só veio ganhar outra característica em 2003 com o governo Lula, onde passou a investir na educação pública, democratizando-a e levando-a para as regiões interioranas do país, processo que ficou conhecido como interiorização do ensino superior.

O governo Lula investiu na ampliação, criação de novas universidades e institutos federais, e no ingresso e permanência de estudantes no ensino superior por meio de políticas públicas, como REUNI, SISU, FIES, PROUNI, Ciências Sem Fronteiras, entre outras. Os investimentos feitos por esse governo não direcionou-se apenas a educação pública, também criou estrutura para a ampliação das IES privadas e para que absorvesse estudantes de todas as camadas sociais, por meio do PROUNI e FIES.

Essas políticas implementadas pelo governo supracitado beneficiou a expansão do ensino superior na cidade de Cajazeiras, notadamente a expansão da Faculdade Santa Maria, a ampliação das estruturas físicas, acadêmicas e pedagógicas da UFCG/CFP e a criação da Faculdade São Francisco da Paraíba.

Antes do surgimento dessas IES mencionadas acima, surgiu a FAFIC como a primeira Instituição de Ensino Superior no Sertão da Paraíba. Essa instituição foi criada a partir de um esforço imenso do bispo Dom Zacarias de Moura em 1965 e com a colaboração imensurável do cônego Luiz Gualberto de Andrade para seu funcionamento de fato em 1970.

As circunstâncias em que a FAFIC se constituiu e inseriu na sociedade cajazeirense foi totalmente diferente das outras, visto que essa foi criada em um momento turbulento da história política brasileira – ditadura militar. Além disso teve que enfrentar a adversidade econômica da sociedade da época e a descrença das lideranças políticas, econômicas e da educação local.

Mesmo com toda a adversidade posta a FAFIC se formou e passou a oferecer o serviço de ensino superior para uma grande parcela de indivíduos da região sertaneja da Paraíba como

também do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Além de ter propiciado a criação de uma estrutura para o surgimento das demais como a Escola Técnica Federal (atual IFPB – 1994), Santa Maria – 2002 e São Francisco – 2009.

O ensino superior, a partir da FAFIC transformou o espaço urbano de Cajazeiras e pós como fator de crescimento da referida cidade. Esse serviço contribuiu para o crescimento de Cajazeiras e estimulou a ampliação de outros serviços como o de comércio e saúde, além de ter atraído investimentos significativos para a cidade.

Além disso, contribuiu para que Cajazeiras se consolidasse como uma centralidade na microrregião do Alto Sertão da Paraíba, mas polarizando outras microrregiões que vai desde o estado paraibano perpassando pelos estado do Ceará e Rio Grande do Norte.

Cajazeiras é uma das 12 (doze) regiões metropolitanas da Paraíba no que diz respeito ao seu poder de polarização. A mesma, como se viu, a partir das definições do REGIC/IBGE , é tida como um centro sub-regional de tipo A, isto é, que está no primeiro grupo dessas cidades definida pelo IBGE.

Portanto, ao exercer esse destaque como centro sub-regional de nível A na óptica do IBGE, Cajazeiras se configura como um centro urbano de atração populacional, em virtude da infraestrutura que oferece, isso faz com que a cidade atraia pessoas interessadas nos serviços oferecidos pela mesma.

Na busca por tais serviços faz com que haja diariamente um elevado fluxo de pessoas das suas localidades de origem para Cajazeiras, esse processo corrobora para que esta cidade estreite sua relação com outros municípios e desenvolva uma rede de cidades articuladas a partir da oferta e consumo de ensino superior, comércio e saúde.

REFERÊNCIAS

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=250370&search=paraibal-cajazeiras&infograficos=-historico>>.

ABMES – Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior. **Universidade, instituição e iniciativa privada**. Memorial comemorativo, 25 anos, 2007.

ALBUQUERQUE, Simone Formiga. **Práticas de leitura em Cajazeiras – PB (1930 – 1950): memórias de ex-professoras**. João Pessoa, 2010. 77f. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/4947/1/arquivototal.pdf>>. Acesso em: 24 de abr. 2015.

AMORIM FILHO, O. B. Origem, evolução e perspectivas dos estudos sobre as cidades médias. In: _ SPOSITO, M. E. Beltrão (Org.). **Cidades Médias: Espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

AMORIM FILHO, O. Bueno. SERRA, R. Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: _ ANDRADE, T. Almeida. SERRA, R. Valente. (Orgs.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, p. 1-34.

BATELLA, W. Barbosa. **Os limiaries das cidades médias: reflexões a partir da cidade de Teófilo Otoni – MG**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013. 228f.

BRASIL. Casa Civil. **Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 07 de nov. 2015.

BRASIL. Casa Civil. **Lei Nº 10.419, de 9 de abril de 2002. Criação da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba – UFPB**. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10419.htm>. Acesso em: 07 de nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão da Educação Superior e Profissional e Tecnológica: mais formação e oportunidades para os brasileiros**. 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO_EXPANSAO_EDUCACAO_SUPERIOR14.pdf>. Acesso em: 23 de abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional Científica Tecnológica**. REDITEC, 27-09-2011. Disponível em: <http://www.ifb.edu.br/attachments/2579_alessiotrindade.pdf>. Acesso em: 23 de abr. 2015.

BRASIL. Senado Federal. **Decreto-Lei N. 4.244 – de 09 de abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário**. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto-lei%204.244-1942%20reforma%20capenema-ensino%20secund%20E1rio.htm>. Acesso em: 07 de nov. 2015.

CLEMENTINO, M. do L. Miranda. Receitas municipais e grau de dependência dos pequenos municípios do Nordeste. In: _ Encontro Nacional da APISA, 1996, Campina Grande/PB. **Anais...** Campina Grande/PB, 1996.

COCCO, Ricardo. NUNES, Graciela Ló. Et al. **Política de Expansão e Interiorização/Regionalização do Ensino Superior no Brasil: o caso da UFSM/CESNORS – uma perspectiva a partir do egresso.** Santa Maria – RS, 2012. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/IBERO_Americano_IV/GT2_comunicacao/Ricardo_CoccoGT2_integral.pdf>. Acesso em: 08 de nov. 2014.

CONTE, C. Heloiza. Cidades médias: discutindo o tema. **Sociedade e Território**. Natal, v. 25, nº1, p. 45-61, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/download/3516/2829>>. Acesso em: 02 de jul. 2015.

CORRÊA, R. Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: _ SPOSITO, Maria E. Beltrão. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição.** São Paulo: Expressão Popular, 2007. 632p. p. 23-33.

CORRÊA, R. Lobato. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 41-53, jan./jun. 1999.

CORREA, Roberto Lobato. **A Rede Urbana.** São Paulo: Editora Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas.** 6º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 304 p. ISBN 978-85-286-0590-7.

CORRÊA, Roberto lobato A. **Revisão atualizada do estudo divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1987.

COSTA, E. Marques da. Cidades Médias. Contributos para sua definição. **Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia**. Ano XXXVII, v. 47, Lisboa 2002, pp, 101-128. Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1592/1289>>. Acesso em novembro de 2015.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior.** 1º ed. – São Paulo: Editora UNESP, 1988.

CUNHA, Luiz Antônio. O Ensino Superior no Octênio FHC. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 24, n. 82, p. 37-61, abril 2003. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 13 de abr. 2015.

DANTAS, Joseney R. de Queiroz; CLEMENTINO, Maria do L. Miranda. **O papel das cidades (inter) médias para o desenvolvimento regional: um estudo a partir dos centros sub-regionais (Pau dos Ferros – RN, Cajazeiras – PB e Sousa – PB).** Geo UERJ – Ano 15, nº. 24, v. 1, 1º semestre de 2013 p. 228-255. ISSN: 1415-7543 E-ISSN: 1981-9021 DOI: 10.12957/geouerj.2013. 6915. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj>>. Acesso em 08 de nov. 2014.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades.** São Paulo: UNESP, 2009.

ESTATUTO DA FAFIC – **Nossa História**. Cajazeiras, 1997.

FERREIRA, Suely. Reformas na Educação Superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995 – 2011). Universidade Federal de Goiás. Linhas Críticas, Brasília, DF, n. 36, p. 455-472, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/viewFile/6794/5773>>. Acesso em: 22 de abr. 2015.

FORTES, Luiz P. Souto. **Região de Influência das Cidades**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (Org.). – 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 201p.

FRANÇA, I. Soares de. **A Cidade Média e suas Centralidades: o exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

FRANÇA, I. Soares. PEREIRA, A. Marília. Et Al. **Cidade média, polarização regional e setor de educação superior: estudo de Montes Claros, no Norte de Minas Gerais**. Revista Formação, n. 16, volume 2 – p. 52-70. 2011. Disponível em: <<http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/fran%C3%A7a%20pereira%20soares%20medeiros.pdf>>. Acesso em 08 de nov. 2014.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964 - 1985)**. São Paulo, Cortez, 1994.

GOMES, Maria V. de Azevedo. **Dinâmica socioespacial urbana de Cuité – PB resultante da implantação do campus de saúde e educação da UFCG**. João Pessoa, 2014. 152f.: il.

GUSMÃO, Adriana D. Ferreira. **Ensino Superior e a Dinâmica dos Fixos e Fluxos Espaciais em Vitória da Conquista – BA**. 2008. Disponível em: <<http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/2k.pdf>>. Acesso em novembro de 2015.

HENRIQUE, Wendel. As universidades como agentes na (re)estruturação urbana de cidades pequenas. Um estudo sobre Passau/ Alemanha. In.: XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana – Simpurb, 2011, Belo Horizonte. **Anais do XII Simpurb**. Belo Horizonte: UFMG, 2011. V. 01. P. 01-12.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Região de Influência das Cidades – 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 201p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/arquivos/regic_28.pdf>. Acesso em novembro de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro, 1972. 110p.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades 1993**. Rio de Janeiro, 2000. ISBN 85-240-0752-4

IBGE. **Pesquisa de Serviços**. 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=250370&idtema=125>>. Acesso em agosto de 2015.

JÚNIOR, F. das Chagas do Nascimento. **O Fenômeno de Expansão das Instituições de Ensino Superior e o Território Brasileiro**. Geografia - v. 15, n. 1, jan./jun. 2006 – Universidade

Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6659>>. Acesso em: 08 de nov. 2014.

MAIA, D. Sátyro. Cidades Médias e Pequenas do Nordeste: Conferência de Abertura. In: _LOPES, D. M. Felin, HENRIQUE, Wendel (Orgs.). **Cidades Médias e Pequenas: Teorias, Conceitos e Estudos de Caso**. Série Estudos e Pesquisas. Salvador: Publicações SEI, 2010.

MARTIN, Edison. ORSO, P. José. **A Expansão do Ensino Superior no Contexto do Regime Militar: seus desdobramentos no Oeste paranaense**. 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/E/Edison%20martin.pdf>. Acesso em novembro de 2015.

MICHEL, M. **Ville moyenne, ville moyen**. Annales de Géographie, n. 478, p. 641-685, sep./oct. 1977.

OLIVEIRA, Manuel Correia de. **Nordeste, Espaço e Tempo**. Caminhos Brasileiros 5. Editora Vozes limitada. Petrópolis – RJ, 1970.

PEREIRA, Ignêz C. Barbosa. Mobilidade da força de trabalho e urbanização: o crescimento populacional das pequenas cidades. In: _Fundação Joaquim Nabuco, Instituto de Pesquisas Sociais, Departamento de Ciências Geográficas (Org.). Encontro Nacional de Estudos sobre Crescimento Urbano. Editora Massangana, 1987.

REVISTA COMEMORATIVA DA FAFIC, 40 anos. **FAFIC é História**. Ano II, nº 06, dezembro de 2010.

RIBEIRO, Adir; GALHARDO, Maurício; MARCHI, Leonardo; IMPERATORE, Luis Gustavo. **Gestão estratégica do Franchising: como construir rede de franquias de sucesso**. São Paulo: DVS editora, 2011. Disponível em: <http://www.praxisbusiness.com.br/images/files/Capitulo-1-do-Livro-Gestao-Estrategica-do-Franchising_Mar-2012.pdf>. Acesso em novembro de 2015.

RODRIGUEZ, Janete Lins. **Atlas Escolar da Paraíba: espaço geo-histórico e cultural**. 3. ed. João Pessoa: GRAFSET, 2002.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. Editora HUCITEC. São Paulo, 1993.

_____. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **Pobreza urbana**. 3º ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 136p.

_____. SILVA, Maria. **O Ensino Superior Público e Particular e o Território Brasileiro**. São Paulo: ABMES, 2000.

SEIXAS, João. **A cidade na encruzilhada: repensar a cidade e sua política**. Edições Afrontamento. ISBN: 9789723612608. 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Expansão do Ensino Superior: contextos, desafios, possibilidades.** Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 253-266, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n2/a02v14n2>>. Acesso em: 08 de nov. 2014.

SILVA, Anieres Barbosa. GOMES, R. de C. da Conceição. et al. (Org.). **Pequenas Cidades: uma abordagem geográfica.** Natal: Editora da UFRN, 2009.

SOUSA, Kássia R. Pereira de. **As relações de poder no processo de criação do ensino superior na cidade de Cajazeiras – PB, nos anos 1970.** Cajazeiras, 2011. 78f.

SOUZA, Marcelo Lopes. **ABC do desenvolvimento urbano.** 7º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 192p. ISBN 978-85-286-1013-0

SPOSITO, Eliseu Savério. **Redes e Cidades.** São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SPÓSITO, Maria E. Beltrão. **A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana.** Revista TERRITÓRIO, ano III, nº 4, jan./jun. 1993.

TEIXEIRA, Anísio. **O ensino superior no Brasil - análise e interpretação de sua evolução até 1969.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1969. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/livros/chama_introducao.htm>. Acesso em maio de 2015.

UFPB. **Subcomissão Especial – Transformação do *campus* II da UFPB em UFCG.** Maio de 1996. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/ufs/arquivos/ufcg_elementos_implantacao.pdf>. Acesso em: 04 de mai. 2015.

VELHO, Otávio Guilherme. (Org.). **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro, 1967.

WANDERLEY, Maria N. Baudel. **Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural: estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. Relatório de Pesquisa.** Recife, 2001. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obed001f.html>>. Acesso em: 07 de jun. 2015.

APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
ROTEIRO DE ENTREVISTA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Orientadora: Dr. Cecilia Esmeraldo Alves

Orientando: Joaquim Alves da Costa Filho

Entrevistado: Crispim Coelho

Data/hora: 14 de jul. 2015; 15h:30 min.

- 1) Você é natural de Cajazeiras?
- 2) Quando iniciou seus trabalhos no mercado imobiliário em Cajazeiras?
- 3) Você atua como corretor e construtor de imóveis?
- 4) Você atua somente aqui em Cajazeiras?
- 5) Quais os principais desafios do setor imobiliário em Cajazeiras e região?
- 6) Como está o mercado para esse profissional aqui em Cajazeiras?
- 7) Como você avalia a expansão do mercado imobiliário em Cajazeiras nos últimos 20 anos?
- 8) O setor de Ensino Superior tem influenciado no crescimento dessa área?
- 9) Os estudantes universitários compram ou locam?
- 10) Qual a intensidade de compra e locamento por parte desses consumidores?
- 11) Quais as áreas mais procuradas por esses consumidores, bem como o tipo de imóvel e o preço?
- 12) Você trabalha mais com apartamentos ou casas? Por quê?
- 13) Qual o limite mínimo e máximo de metros quadrados que você costuma trabalhar?
- 14) Quais as atividades que mais tem influenciado para o crescimento desse setor?
- 15) Como tem sido o retorno obtido com o “Planeta imóvel” em número de vendas?

- 16) Para divulgar seus empreendimentos, você tem usado com maior frequência que tipo de veículo de comunicação?
- 17) Você tem conseguido recuperar o que investe em publicidade?
- 18) Quais os tipos de empreendimento que você trabalha?
- 19) Quais os tipos de empreendimento do setor imobiliário existente aqui na cidade?
- 20) Seus empreendimentos são direcionados para qual camada social, preferencialmente?
- 21) Você trabalha com imóveis financiados por políticas públicas, como MCMV, atendendo as três camadas sociais, de 0 a 3, 3 a 6 e 6 a 10 salários mínimos?
- 22) Como você está percebendo essa crise que o país está passando? O setor imobiliário em Cajazeiras já está sentindo os efeitos?
- 23) Qual a saída que você vê para ela, puxando para sua área de atuação?
- 24) O que você tem a dizer sobre a especulação imobiliária?
- 25) Quais as áreas mais valorizadas da cidade?
- 26) Quanto está custando o metro quadrado dessas áreas atualmente?
- 27) E qual o valor dessas há 15 ou 20 anos?
- 28) Quais os fatores responsáveis por sua valorização?
- 29) O governo municipal tem dado boas condições para a atuação dos produtores imobiliários na cidade?
- 30) Como você vê o preço dos imóveis daqui de Cajazeiras para as demais cidades do Estado?
- 31) Quantos condomínios fechados há nessa cidade? Quantos andares têm, bem como apartamentos?
- 32) As pessoas têm comprado ou alugado, com frequência? Por quê?
- 33) Qual o preço de venda e aluguel deles? Quantos metros quadrados têm?

APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
ROTEIRO DE ENTREVISTA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC
ROTEIRO DE ENTREVISTA

Orientadora: Dr. Cecilia Esmeraldo Alves

Orientando: Joaquim Alves da Costa Filho

Entrevistado: Edval Rolim.

Data/hora: 03 de ago. 2015; 16h:00 min.

- 1) Você é natural de Cajazeiras?
- 2) Quando iniciou seus trabalhos no mercado imobiliário em Cajazeiras?
- 3) Você atua apenas como corretor de imóveis?
- 4) Você atua somente aqui em Cajazeiras?
- 5) Quais os principais desafios do setor imobiliário em Cajazeiras e região?
- 6) Como está o mercado para esse profissional aqui em Cajazeiras?
- 7) Como você avalia a expansão do mercado imobiliário em Cajazeiras nos últimos 20 anos?
- 8) O setor de Ensino Superior tem influenciado no crescimento dessa área?
- 9) Os estudantes universitários compram ou locam?
- 10) Qual a intensidade de compra e locamento por parte desses consumidores?
- 11) Quais as áreas mais procuradas por esses consumidores, bem como o tipo de imóvel e o preço?
- 12) Você trabalha com todo e qualquer segmento de imóveis? Por quê?
- 13) Qual o limite mínimo e máximo de metros quadrados que você costuma trabalhar?
- 14) Quais as atividades que mais tem influenciado para o crescimento desse setor?

- 15) Como tem sido o retorno obtido com o “Planeta imóvel” em número de vendas?
- 16) Para divulgar seus empreendimentos, você tem usado com maior frequência que tipo de veículo de comunicação?
- 17) Você tem conseguido recuperar o que investe em publicidade?
- 18) Quais os tipos de empreendimento do setor imobiliário existente aqui na cidade?
- 19) Seus empreendimentos são direcionados para qual camada social, preferencialmente?
- 20) Você trabalha com imóveis financiados por políticas públicas, como MCMV, atendendo as três camadas sociais, de 0 a 3, 3 a 6 e 6 a 10 salários mínimos?
- 21) Como você está percebendo essa crise que o país está passando? O setor imobiliário em Cajazeiras já está sentindo os efeitos?
- 22) Qual a saída que você ver para ela, puxando para sua área de atuação?
- 23) O que você tem a dizer sobre a especulação imobiliária?
- 24) Quais as áreas mais valorizadas da cidade?
- 25) Quanto está custando o metro quadrado dessas áreas atualmente?
- 26) E qual o valor dessas há 15 ou 20 anos?
- 27) Quais os fatores responsáveis por sua valorização?
- 28) O governo municipal tem dado boas condições para a atuação dos produtores imobiliários na cidade?
- 29) Como você ver o preço dos imóveis daqui de Cajazeiras para as demais cidades do Estado?
- 30) Quantos condomínios fechados há nessa cidade? Quantos andares têm, bem como apartamentos? E Quantos metros quadrados há em cada apartamento?
- 31) As pessoas têm comprado ou alugado, com frequência? Por quê?
- 32) Qual o preço de venda e aluguel deles? Quantos metros quadrados normalmente têm?

APÊNDICE C- ROTEIRO DE ENTREVISTA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC
ROTEIRO DE ENTREVISTA

Orientadora: Dr. Cecília Esmeraldo Alves
Orientando: Joaquim Alves da Costa Filho
Entrevistado: Prof. José Antonio de Albuquerque.
Data/hora: 23 de abr. de 2015; 16h:00 min.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Qual foi primeira instituição de ensino superior na cidade de Cajazeiras – PB?
2. Quando foi criada?
3. Como eram as características da sociedade cajazeirense na época de formação da primeira IES?
4. A população recebeu de que forma o serviço?
5. Os empreendedores tiveram dificuldade para instalar e posteriormente para manter o serviço na cidade?
6. Antes de criar o curso na cidade, onde os profissionais da região se formavam?
7. A primeira IES da cidade foi à base para o surgimento das demais e propiciou uma estrutura para que as demais se instalassem sem tantos problemas?
8. Quem foram os atores responsáveis por pensar, “lutar” e conquistar o serviço de ensino superior na cidade?
9. Houve uma mobilização conjunta para trazer o serviço para cidade?
10. Quais as classes que se juntaram para trazer o ensino superior para a cidade?
11. Quais as IESs que se instalaram na cidade após a primeira?
12. Como foi o processo de transição da FAFIC para a UFPB, e depois a volta da FAFIC desta vez instalada na sede do então Colégio Diocesano?
13. Após a instalação da primeira IES em Cajazeiras houve uma modificação rápida na estrutura urbana da cidade, em termos de expansão da malha urbana, atração de investimentos movidos pelo ensino superior, melhora nas condições de vida da população?

14. Quais os fatores que contribuíram para que o ensino superior em Cajazeiras se expandisse tanto a ponto de considerar Cajazeiras como um polo de ensino superior?
15. Pode-se dizer que a expansão imobiliária, a alta especulação que ocorre atualmente no cenário de Cajazeiras, bem como o
16. O que explica Cajazeiras atualmente estar na dianteira de desenvolvimento econômico, no que diz respeito atração de investimentos em vários setores, instalação de novos cursos, um comércio cada vez mais incorporador, etc., em relação a Sousa, uma cidade com uma população bem superior e com uma trajetória de mercado mais velha que Cajazeiras? Quais os agentes e fatores que contribuem para isso?
17. Você considera Cajazeiras uma cidade pequena ou média? Por quê?
18. Você considera que Cajazeiras já têm estrutura para receber mais serviços e exercer um papel de cidade média, a exemplo de Juazeiro do Norte-Crato-Barbalha – CE, Mossoró – RN, Caruaru – PE, etc.? Se não tem, por quê?
19. O que a cidade precisa para ter condições ou melhorar sua infraestrutura para crescer com desenvolvimento, onde a população participe do crescimento da mesma, e não o contrário, sofrendo com problemas em que a maioria das cidades que cresceram bastante sofre, como desemprego, exclusão urbana e residencial, violência, tráfego de trânsito caótico, etc.?

APÊNDICE D- ROTEIRO DE ENTREVISTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Orientadora: Dr. Cecilia Esmeraldo Alves

Orientando: Joaquim Alves da Costa Filho

Entrevistado: Prof. Chagas Amaro.

Data/hora: 06 de jun. de 2015; 09h:00min.

- 1) Quando Cajazeiras se transformou na referência que é atualmente?
- 2) Desde a formação da região denominada do Alto Sertão paraibano, Cajazeiras já assumia o posto de centro hierárquico?
- 3) Ou antes, de Cajazeiras, havia outra(s) cidade(s) que desempenhavam a função que Cajazeiras realiza?
- 4) Na sua óptica Cajazeiras é um centro regional ou sub-regional?
- 5) Quais foram às atividades que propiciou Cajazeiras se desenvolver, atraindo investimentos do setor público e privado?
- 6) Cajazeiras recebeu população de sua área rural, de cidades adjacentes bem como de outras regiões?
- 7) Qual a intensidade e os motivos principais que levaram tais populações a migrarem para esta cidade?
- 8) Quais os setores que mais tem participação na economia cajazeirense na atualidade?
- 9) Cajazeiras hoje tem um poder de influência superior a Sousa? Por quê?
- 10) Patos desempenha uma superioridade em relação a Cajazeiras?
- 11) Quais os fatores que permitiu e permite Patos exercer tal superioridade em relação a Cajazeiras?
- 12) Cajazeiras compete igual por igual com Patos? Se não, o que falta para Cajazeiras competir de igual com tal cidade?
- 13) Como polo político-econômico, qual a posição de Cajazeiras na Paraíba hoje?
- 14) O que Cajazeiras precisa para se igualar a cidades como Crato e Barbalha, por exemplo?
- 15) Cajazeiras é uma cidade quem tem dependido em maior medida dos investimentos públicos, como Fundo de Participação dos Municípios – FPM, para ajustar suas folhas?

APÊNDICE E- QUESTIONÁRIO SOBRE OS DISCENTES DAS IES DE CAJAZEIRAS**QUESTIONÁRIO SOBRE O PERFIL DOS DISCENTES DE ENSINO SUPERIOR DAS
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE CAJAZEIRAS¹⁹****UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE****CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES****UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA****Orientadora: Dr. Cecília Esmeraldo Alves****Orientando: Joaquim Alves da Costa Filho**

1. Nome da Instituição de Ensino: _____

1.1 Matrícula: _____

2. Curso: _____ 3. Turno: _____

3. Sexo: Masculino ☐ Feminino: ☐

4. Naturalidade: _____ UF: _____

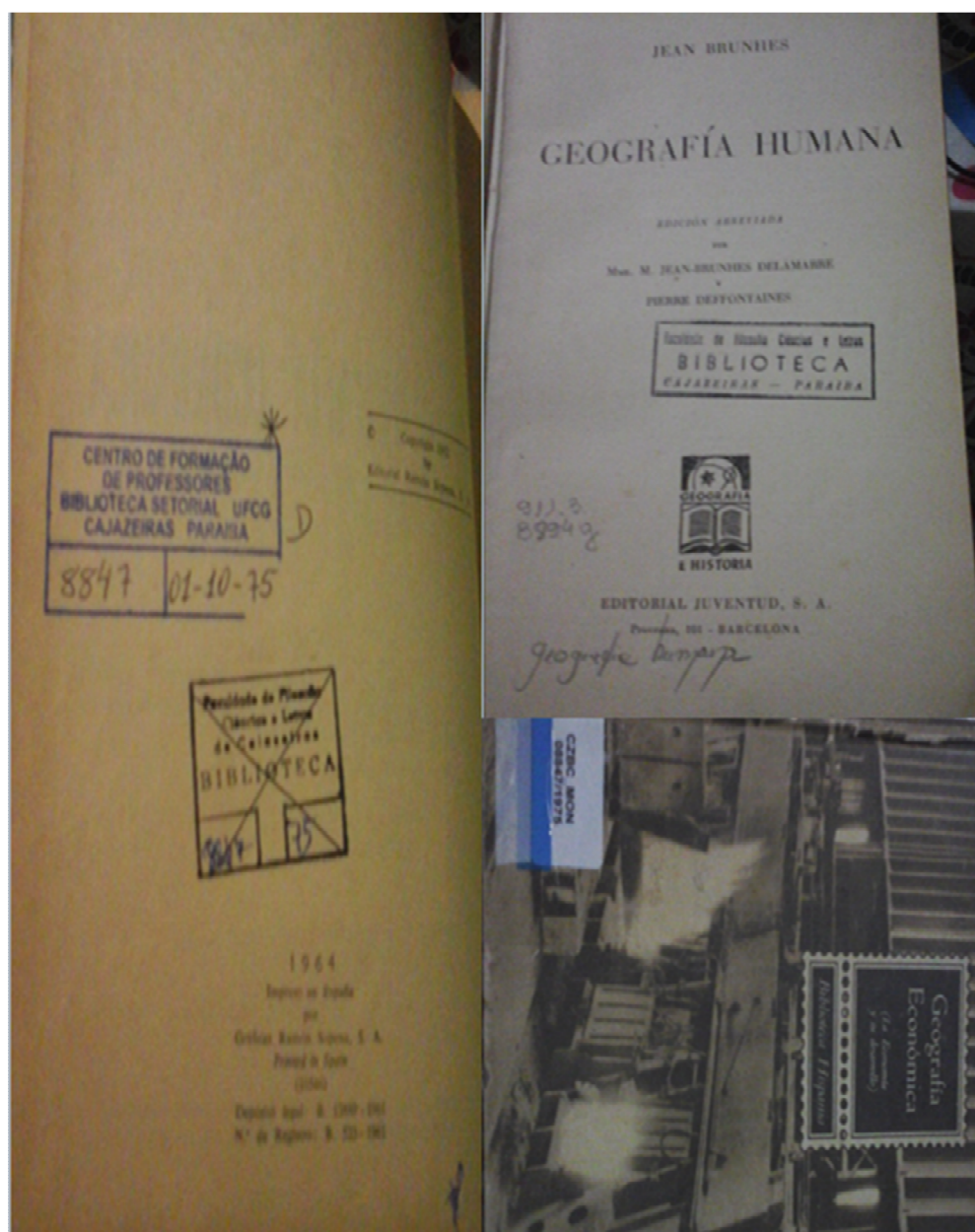
5. Cidade de Residência atual: _____

UF: _____

6. Ano de Ingresso: _____

¹⁹ Local _____, Data: ____/____/____, Hora: ____H ____min.

ANEXOS



ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Resolução nº 04/70

CONCESSÃO AUTORIZAÇÃO PARA FUN-
CIONAMENTO DA FACULDADE DE VI-
CIOSITA, CIÊNCIAS E LETRAS DE
CAJAZEIRAS.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DA PARAÍ-
BA, no uso de suas atribuições, e com base no Parecer nº
04/70, da Comissão de Estudos sobre a Superior, emitido no
Processo nº 121/69, aprovado em sessão plenária realizada
nessa data,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica concedida autorização para
o funcionamento da Faculdade de Ciências, Ciências e Let-
ras de Cajazeiras, criada pela Lei Municipal nº 901, de
17 de janeiro de 1970, sendo sua entidade mantenedora a
Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras.

Art. 2º - A presente autorização será reg-
lada e revista por Decreto do Poder Executivo Federal, nos
termos do Decreto-Lei nº 142, de 9 de setembro de 1969.

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE
COORDENADORIA DE EXTENSÃO
CAMPINA GRANDE
PARAÍBA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
DELEGACIA DO MEC NA PARAÍBA
SERVIÇO DE SUPERVISÃO ORIENTAÇÃO E REGISTRO

PARCEIR N.º 2196520RUEMOC09

João Pessoa, 14 de outubro de 1994.

Processo N.º 10021.800094-04

Senhor Delegado,

Tomo a presente Processo de solicitação da Fundação do Ensino Superior de Cajazeiras para reativação do Curso de Filosofia, demonstrando as razões a seguir.

Anexa de atestados documentais realizados pela equipe de supervisão desta Delegacia, de visita realizada "in loco" na FES, no mês de setembro passado, pelo Delegado e o chefe de SEORC, além de cópias de expedientes mantidos com os atuais responsáveis pela Instituição, informando a Vossa Senhoria que existem várias providências a serem adotadas pela Mantenedora, que devam atender à verificação de requisitos a ser enviada nesta DEOMOC, na forma proposta.

Entre as providências a serem adotadas antes do início dos trabalhos do Conselho de DEOMOC, podemos destacar:

- 1 - Cópia das atas do Conselho Diretor aprovando a reativação do Curso de Filosofia, no Colégio Desconhecido;
- 2 - Relatório mensal (com respectivas cargas) dos membros dos Conselhos de acordo com o Estatuto;
- 3 - Cópia da ata do Conselho Superior demonstrando os recursos de manutenção do curso;
- 4 - Apresentar proposta de novo Regimento aprovado com a nova situação da Faculdade, com apenso em anexo;
- 5 - Apresentar cópia do Conselho com a 1994 para utilização do acervo da Biblioteca do Campus V.

[Assinatura]

[Assinatura]

- 6 - Informar os dados estruturais para a Faculdade de Filosofia:
- 6.1 - Nova Grade Curricular;
- 6.2 - Corpo Docente adequado as disciplinas de nova grade;
- 6.3 - Relatório Mensal de aforoço próprio da Biblioteca da Faculdade;
- 6.4 - Plano físico dos edifícios e instalações localizando os ambientes que serão utilizados;
- 6.5 - Cópia das certidões cartoriais de posse das prédios;
- 6.6 - Relatório dos equipamentos disponíveis para os ambientes de trabalho.

Pelo acima exposto, assim de parecer que seja solicitado ao Presidente da Universidade, as providências acima mencionadas, para agilizar o andamento do processo em submissão que possibilite a criação do curso e realitzar a verificação das condições de funcionamento de curso.

Faço o presente parecer.
S.M.J.


MARIA DAHEIMA VILLAR PALACO
CHEFE DO SECTOR DE DESENVOLVIMENTO

De acordo,
Expediente e Ofício.


MARTINHO QUEIROGA SALGADO
DELEGADO DO MEC NA PARAIBA